



## **PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA PARAÍBA – PROCASE II**

<p><b>PLANO CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS DA PREPARAÇÃO DO PROJETO DOCUMENTO VERSÃO PRELIMINAR</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Junho de 2024**

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.



## CRÉDITOS

**BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

**FIDA – FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA**

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

### **Consultores**

Marcelo da Costa

Rogério Peter



## SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Descrição Geral do Projeto.....	4
2.1. Objetivos do Projeto .....	4
2.2. Abrangência do Projeto .....	4
2.3. Orçamento do Projeto.....	6
2.4. Descrição dos Componentes.....	6
3. Identificação das Questões Prioritárias.....	22
4. Identificação dos atores e partes interessadas .....	22
5. Organização das Consultas públicas da fase de preparação do PROJETO .....	22
6. Atividades do processo de Consultas públicas da fase de preparação do PROJETO	24
6.1. Divulgação Pública de Informações e Participação Virtual.....	24
6.2. Consulta Pública – Formato de Participação à Distância .....	26
6.3. Roteiro das Consultas .....	28
6.4. Registros das Consultas .....	29
7. Atenção às questões de gênero, grupos vulneráveis e Comunidades Tradicionais	30
8. Recursos Alocados Previstos .....	31
8.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social.....	31
9. Mecanismo de Gestão Queixas e Divulgação de Informações para as Consultas Públicas na fase de Preparação do PROCASE II .....	33
9.1. Canais de relacionamento, comunicação e atendimento na fase de Consultas Públicas da etapa de preparação do PROCASE II.....	34
10. Experiência em Consulta Pública e Participação.....	39
11. ANEXOS .....	39
11.1. ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de engajamento de partes interessadas é um instrumento utilizado como elo entre os atores sociais, com a intenção de conjugar interesses da sociedade e do poder público, promovendo a sustentabilidade do projeto. Durante este processo propostas e críticas podem ser apresentadas, depoimentos podem ser colhidos, dúvidas podem ser esclarecidas. É ideal para ouvir as pessoas diretamente afetadas pelo tema em questão, bem como colher indicação de alternativas para solucionar eventuais conflitos, conforme a normativa nacional e estadual e das Normas e Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID e do FIDA.

Neste contexto se insere a proposta de construir um canal de comunicação com público diretamente ou indiretamente afetado pelo **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba – Procace II (PROJETO)**.

## 2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

O Governo do Estado da Paraíba solicitou o financiamento de um Projeto por meio de um empréstimo de investimento específico (LON/ESP) para promover o desenvolvimento sustentável da área rural do estado da Paraíba (envolvendo os biomas de Mata Atlântica e Caatinga), com foco nos problemas de baixa produção e produtividade e vulnerabilidade à mudança climática (CC) das atividades de agricultura familiar, degradação ambiental e desmatamento, serviços insuficientes de abastecimento de água para consumo humano e falta de saneamento em comunidades rurais.

A seguir, são apresentadas informações que detalham a descrição do Procace II, Componentes e subprojetos previstos.

### 2.1. Objetivos do Projeto

O objetivo geral do Projeto é contribuir para reduzir os níveis de pobreza rural, melhorando a segurança alimentar e nutricional, e a adaptação da população rural às mudanças climáticas.

Os principais objetivos específicos são:

- Aumentar a adoção de tecnologias agrícolas, incluindo as de adaptação e mitigação das mudanças climáticas;
- Melhorar a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares, priorizando mulheres, jovens, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e pessoas com deficiência (PcD);
- Melhorar as condições ambientais das comunidades rurais e do seu entorno.

### 2.2. Abrangência do Projeto

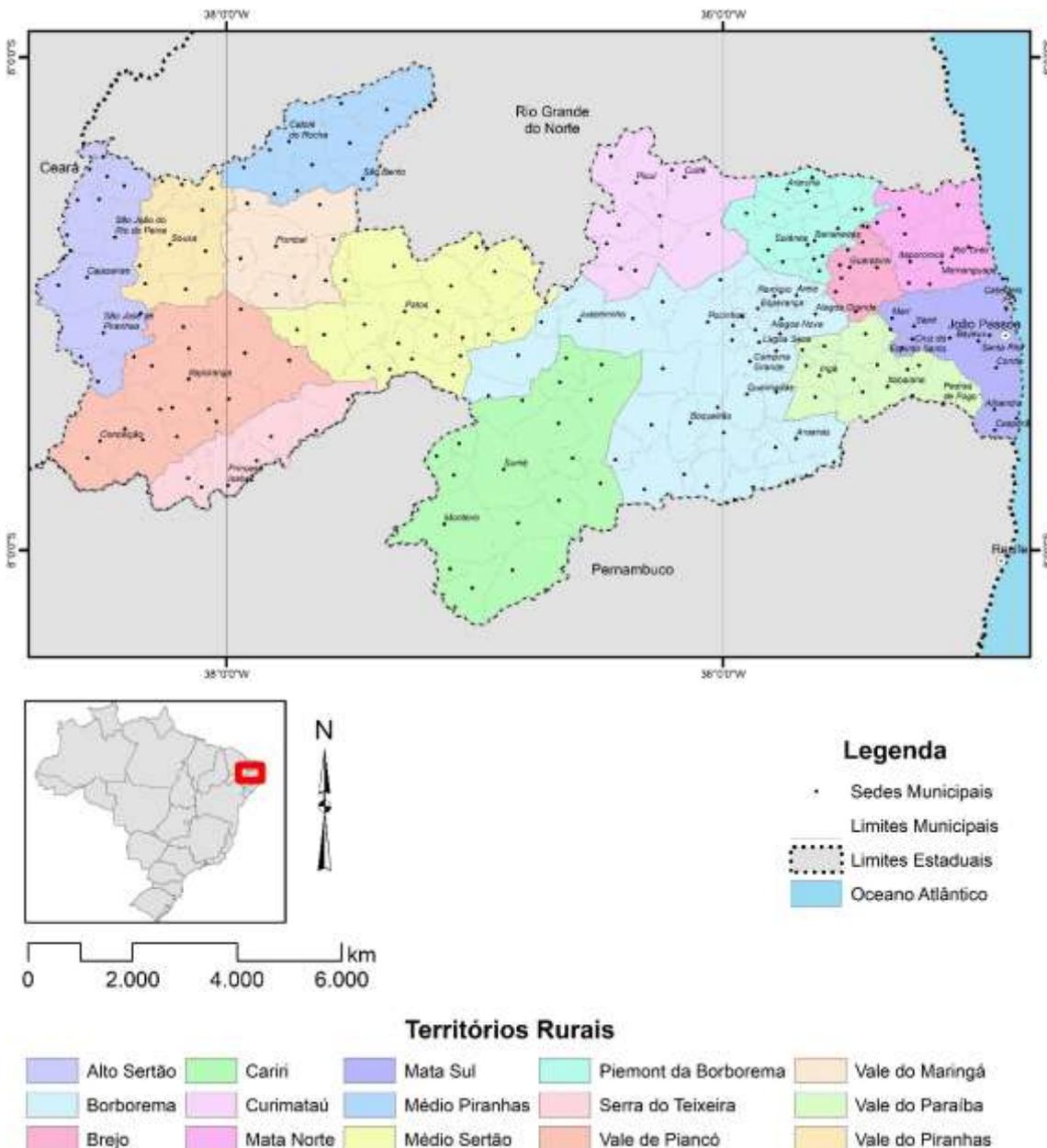
Conforme apresentado na descrição do Projeto, as consultas abrangem as principais lideranças e representações da área do PROCASE II **É importante destacar que as comunidades beneficiárias para o PROCASE II ainda não estão definidas e a estratégia de consulta apresentada neste documento visa a comunicação e interação com as instituições representativas das comunidades de destaque na área de abrangência.**

O Projeto terá abrangência em todo o estado da Paraíba, envolvendo seus 223 municípios (figura a seguir), municípios que estão distribuídos entre os Biomas Caatinga (194) e Mata Atlântica (29). O Censo Agropecuário (IBGE 2017) aponta o número total de 163.218 estabelecimentos agropecuários, sendo 76,88% da Agricultura Familiar (UAF), contabilizando um universo potencial para o Projeto.

O Projeto buscará atender aproximadamente 60.000 famílias como beneficiárias diretas, estabelecendo foco preferencial nos seguintes perfis: mulheres, jovens, PcD, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e os povos originários (incluindo pescadores, ciganos e quilombolas). De todo modo, serão definidos critérios específicos para priorização e seleção de comunidades a serem beneficiadas.

O mapa a seguir apresenta a área de atuação do Procase II.

**Figura 1 – Área de Abrangência do Projeto**



Fonte: IBGE, 2015 – elaboração: Consultoria.

### 2.3. Orçamento do Projeto

O montante total previsto para o Procace II é de US\$ 105 milhões, que beneficiará um número estimado de 600 comunidades.

Tabela 1 – Custos estimados do PROJETO (em US\$)

Componentes e Subcomponentes	Valor Total
<b>C1. Sistemas produtivos resilientes para o enfrentamento da pobreza rural</b>	<b>62.416.000</b>
<i>S1.1 - Implantação de sistemas produtivos biodiversos resilientes</i>	56.416.000
<i>S1.2 - Fortalecimento e diversificação da Comercialização</i>	6.000.000
<b>C2 - Fortalecimento organizacional e das Capacidades dos Agricultores e Gestão do Conhecimento</b>	<b>32.302.800</b>
<i>S2.1 - Fortalecimento das Capacidades dos Agricultores Familiares</i>	19.252.800
<i>S2.2 - Fortalecimento das Capacidades das Organizações para comercialização</i>	2.730.000
<i>S2.3 - Diversidade, Gênero, Juventude, Nutrição e Segurança Alimentar</i>	4.600.000
<i>S2.4 - Regularização Fundiária e Ambiental, e Acesso aos Programas e Políticas Públicas da Agricultura Familiar</i>	2.600.000
<i>S2.5 - Inovação, Gestão do Conhecimento (GC), Cooperação Sul-Sul e Trinagular (CSST)</i>	3.120.000
<b>Gestão do Projeto, Monitoramento &amp; Avaliação</b>	<b>10.281.200</b>
<i>Gestão do Projeto</i>	8.981.200
<i>Monitoramento &amp; Avaliação (M&amp;A)</i>	1.300.000
<b>TOTAL</b>	<b>105.000.000</b>

### 2.4. Descrição dos Componentes

Os Componentes do Procace II são apresentados a seguir com destaque às principais informações que os descrevem, incluindo seus subcomponentes.

#### **Componente 1. Sistemas Produtivos Resilientes Para O Enfrentamento Da Pobreza Rural**

O objetivo deste componente consiste em aumentar a adoção de tecnologias agrícolas, incluindo as de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, além de melhorar a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares, priorizando mulheres, jovens, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e pessoas com deficiência (PcD).

Os objetivos específicos são:

- Transformar os sistemas existentes, introduzindo práticas agroecológicas inovadoras, mais intensivas e diversificadas;
- Buscar maior resiliência dos sistemas produtivos adaptados com as mudanças do clima;
- Promover uma melhoria da segurança alimentar e nutricional;
- Melhorar a integração dos produtores nas cadeias de valor, priorizando mulheres, jovens, PcD, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) povos originários, comunidades de pescadores e ciganos;

- Realizar investimentos em tecnologias sociais, garantindo um melhor acesso e reúso de água, e energias sustentáveis;
- Apoiar organizações de produtores (associações e cooperativas) para permitir o beneficiamento da produção, proporcionando a agregação de valor, e consequentemente, a melhoria da comercialização e inserção a mercados, por meio de investimentos em maquinários e pequenas reformas;

Os investimentos produtivos, tanto a nível comunitário, quanto a nível das cooperativas, serão acompanhados, respectivamente, por ATER e CTE, financiados pelo Componente 2, para que se possa garantir uma melhor gestão dos negócios, da comercialização e da sua sustentabilidade.

O componente 1 está organizado em dois subcomponentes: 1.1: Implantação de Planos de Investimentos Resilientes; e 1.2: Fortalecimento e diversificação da comercialização.

### **Subcomponente 1.1. Implantação de sistemas produtivos biodiversos e resilientes**

O objetivo deste subcomponente é de fortalecer e adaptar os sistemas produtivos baseados no uso das práticas agroecológicas e de baixas emissões de gases de efeito estufa, buscando maior resiliência e permitindo uma melhoria e diversificação da produção de alimentos saudáveis, destinados ao autoconsumo e ao mercado. Espera-se assim que essas atividades possam melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias ao mesmo tempo que poderão contribuir na melhoria das condições de renda.

Também serão realizados investimentos em tecnologias sociais (pequenas infraestruturas hídricas e de energia), as quais possuem um papel fundamental no sentido de constituir e reforçar sistemas produtivos mais resilientes assim como para melhorar as condições básicas de vida das famílias.

As características técnicas das propostas produtivas apoiadas pelo Projeto, serão adaptadas em função das especificidades agroclimáticas e de cada bioma.

#### ***Produto - Planos de Investimento Resilientes (PIR)***

Será o instrumento principal de planejamento e implementação dos recursos deste subcomponente. Terá um enfoque territorial e será preparado junto a uma ou mais comunidades, com apoio da ATER. Cada PIR será executado por uma associação comunitária já existente, em representação da comunidade ou comunidades beneficiárias, com a qual o projeto assinará um termo de fomento, estabelecendo as obrigações e direitos. O projeto repassará os recursos previstos e a associação realizará as aquisições e contratações previstas PR, prestando conta ao projeto, com apoio da assistência técnica.

A abrangência do PIR será um Território Local, composto por até três comunidades, e terá como beneficiários as famílias dessas comunidades. O PIR apoiará atividades produtivas (novas ou reforçando atividades existentes), orientadas para a adaptação às mudanças do clima, com potencial para garantir a segurança alimentar, e a melhoria da renda por meio da comercialização dos excedentes. Visa incorporar conceitos de boas práticas produtivas baseadas nos princípios da agroecologia, educação nutricional e segurança alimentar das famílias, além de garantir a integração com tecnologias sociais.

O PIR irá financiar três eixos de intervenção: i) Produtivo e de comercialização ii) Ambiental e iii) Tecnologias Sociais, entre os quais se buscará complementaridade e sinergia no intuito de promover mudanças sustentáveis. Conforme apresentado a seguir:

**Eixo Produtivo e de comercialização:** Terá como objetivo desenvolver os sistemas produtivos, a nível familiar, sempre baseados no uso das práticas agroecológicas, de baixo impacto em emissões de gases de efeito estufa. Esse eixo vai também fortalecer as capacidades de comercializar a produção nos diversos canais acessíveis para as famílias (feiras locais, PAA, PNAE, comércio local, etc.) e relevantes para os beneficiários, a exemplo de: i) Sistemas agroflorestais (SAFs) para produção diversificada, caprinovinocultura para leite e carne, bovinocultura de leite, e avicultura caipira; ii) Quintais para produção de frutas, hortaliças incluindo as PANC e plantas medicinais; iii) Apicultura e Meliponicultura; iv) Consórcios agroecológicos para produção orgânica entre os quais o algodão. Importante mencionar que no caso do apoio para criação de bovinos, a estratégia do projeto será de apoiar exclusivamente a produção leiteira (não será possível apoiar a criação para produção de carne), para melhorar a produtividade a partir do rebanho existente e não financiará a aquisição de animais, à exceção da compra para substituição de reprodutores. A lista não é exaustiva e poderão ser consideradas outras atividades desde que de acordo com a demanda dos beneficiários, os objetivos e critérios do Projeto.

Quando comparado com a primeira fase do PROCASE, que teve seu foco na região semiárida do bioma Caatinga, a equipe de gestão do PROCASE II deverá ficar atenta para identificar as propostas relevantes para desenvolver atividades produtivas e com potencial de adaptação às mudanças do clima no bioma da Mata Atlântica.

Todas as atividades apoiadas neste eixo Produtivo e de comercialização estarão de acordo com o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) de cada PIR e com o Plano de Gestão Ambiental e Social Estratégico do projeto (PGASE).

O extrativismo, tanto no bioma Caatinga quanto no bioma da Mata Atlântica, poderá também ser apoiado por meio de PIR, tanto para valorizar os produtos não madeireiros, como frutas, fibras e cipós, sementes, mel de abelhas nativas e outros produtos da bioeconomia. Por incluir uma área litorânea importante, o melhoramento das atividades de pesca artesanal, incluindo a mariscagem, geralmente realizada por mulheres, poderá ser considerado na elaboração dos PIR.

Em complemento a essas atividades e considerando que parte da área de atuação do Projeto apresenta um forte potencial, atividades de diversificação econômica baseadas no turismo (em particular na zona da Mata do litoral) e no artesanato, poderão ser desenvolvidas por meio de PIR. Essas atividades não agrícolas, que envolvem geralmente mulheres e jovens, serão muito relevantes e alinhadas com os objetivos do Projeto.

O Eixo Produtivo e de comercialização será focado nas ações de fortalecimento sustentável da produção primária e na comercialização de produtos geralmente in natura e no mercado local. Será incentivado e apoiado com assessoria da ATER, o estabelecimento de relações de parcerias com unidade de processamento da produção de cooperativas, apoiadas pelo projeto, por meio do subcomponente 1.2. Isso deverá permitir agregar valor à produção primária para alcançar outros tipos de mercado.

**Eixo Ambiental:** Terá como objetivo gerenciar e recuperar o meio ambiente, associado ou não às atividades do Eixo Produtivo do PIR em nível dos Territórios Locais.

Terão recursos específicos e de uso coletivo para incentivar a implementação de ações ambientais territoriais, tais como: i) Casas de Sementes da Paixão; ii) Implantação de viveiros com foco na produção de espécies nativas; iii) Reflorestamento, recuperação de áreas de preservação permanente (nascentes) e áreas degradadas; iv) Ações de proteção do solo e das águas; v) Planos de reciclagem ou compostagem etc. Estas ações serão implementadas em cada território por um grupo de gerenciamento

ambiental composto por beneficiários do projeto, e no qual será priorizada a participação dos Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), como protagonistas-chaves para introduzir ações de educação ambiental e novas práticas ambientais. Para a implementação dessas ações, serão procuradas sinergias e complementaridades com as ações e competências da SEMAS (Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade) e da AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas), Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SUDEMA), Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) entre outras instituições.

As atividades do Eixo Ambiental vão principalmente decorrer dos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS), cuja elaboração ocorrerá concomitantemente com a elaboração do diagnóstico de cada PIR. O PGAS vai trazer uma análise simplificada de Impacto Ambiental e Social, a fim de promover e incentivar a adoção de práticas ambientais e agroecológicas. As atividades do eixo Ambiental serão realizadas com o apoio da ATER que cuidará também do eixo produtivo e de comercialização.

**Eixo Tecnologia Social:** O objetivo deste eixo consiste em implementar tecnologias sociais, a nível familiar, como por exemplo: i) Cisterna de 2ª água (produção agropecuária); ii) Sistema de ; e iii) Barragens trincheiras (barragem subterrânea). Além dessas tecnologias, também serão implantadas cisternas de 1ª água (consumo humano) e outras soluções sanitárias domiciliares como bacias de evapotranspiração, ou de acesso a energia doméstica mais sustentável, como biodigestores e fogões ecoeficientes.

As tecnologias sociais serão implementadas por entidades contratadas pela UGP especialmente para fornecer ATER para esse eixo, considerando a especificidade das TS e do marco jurídico direcionada. Essas entidades serão capacitadas pelo PROCASE II, considerando, todavia que a maioria das entidades possui experiência para isso. Além da implementação, essas entidades realizarão todas as capacitações para garantir uma boa apropriação, bom uso e a manutenção destas tecnologias pelas famílias.

A conexão e complementariedade entre os eixos produtivo, ambiental e de tecnologia social, deverá ser buscada e evidenciada no momento da elaboração dos PIR, com o objetivo de maximizar os resultados dos investimentos realizados pelo projeto.

Em cada um desses eixos, será priorizada a introdução de práticas e tecnologias inovadoras, em particular aquelas que serão apoiadas por meio do Subcomponente 2.5, como a mecanização e uso de ferramentas e equipamentos adaptados à realidade da agricultura familiar, como foco nos grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e PcD.

Os PIR poderão também apoiar o fortalecimento do funcionamento das associações comunitárias, por meio da aquisição de equipamentos específicos, como por exemplo, para melhorar a conectividade, como material áudio visual etc.

**Aspectos gerais sobre os PIR:** Durante a implementação dos PIR, além de uma estreita e permanente sinergia com as ações de ATER (incluindo ATER especializada nos casos em que será justificado) e de fortalecimento das organizações comunitárias, serão estabelecidas complementaridades com outras atividades do Componente 2, tal como: a regularização fundiária e ambiental; inovações; ações relacionadas com diversidade, gênero, juventude, PCT e famílias com Pessoas com Deficiência (PcD).

O PIR beneficiará grupos de famílias, priorizando mulheres, jovens, comunidades tradicionais e PcD, e financiará insumos, ferramentas, equipamentos e outros

investimentos necessários para viabilizar a adoção de tecnologias para melhorar a produtividade, a adaptação às mudanças do clima, e melhorar a segurança alimentar e nutricional.

Os investimentos serão financiados com recursos não reembolsáveis e com contrapartida econômica dos beneficiários de no mínimo 10 %.

Em todos os casos, as atividades selecionadas serão oriundas do Diagnóstico Rural Participativo, que identificará além de demandas, os problemas, prioridades e potenciais da demanda das comunidades e das famílias beneficiadas. Essas atividades deverão cumprir com critérios de elegibilidade que serão detalhados no Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e apresentar: i) alta aderência aos meios produtivos característicos do bioma, da região e da comunidade, ii) permitir uma intensificação produtiva baseada nos princípios da agroecologia, assim como da adaptação às mudanças do clima e iii) seguir o pleno acordo das famílias envolvidas.

Um mesmo PIR poderá contemplar o apoio a mais de uma atividade produtiva ou do eixo ambiental e incluir a implantação de vários tipos de Tecnologias Sociais, buscando assim coerência com a realidade da agricultura familiar para atender as demandas das comunidades de forma diversificada, e podendo garantir a inclusão de vários perfis de beneficiários e em particular as mulheres e os jovens. Nestes casos, os beneficiários serão organizados em grupos de interesse em torno das atividades selecionadas para constituir os PIR.

Durante o processo de elaboração dos PIR, será incentivada a integração de novos membros e sócios nas organizações existentes, dando prioridade para mulheres, jovens e famílias com PcD.

**Provisão de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER):** Todos os beneficiários de PIR e suas organizações, receberão durante um período de dois anos serviços de ATER contratados pela UGP por meio de um processo competitivo e que atende as normas do BID/FIDA. Esses serviços serão financiados pelo Subcomponente 2.1, no qual estão apresentados de forma detalhada. Eles deverão permitir o fortalecimento das capacidades e o assessoramento dos beneficiários para elaborar, implementar, acompanhar o funcionamento e concluir os PIR. Isso inclui a assessoria para produção numa perspectiva agroecológica e de adaptação às mudanças do clima, gestão, organização, acesso às políticas públicas e comercialização, garantindo atendimento da legislação sanitária e ambiental vigentes. O apoio das entidades de ATER deverá incluir o apoio aos beneficiários para realizar os processos de aquisição e prestação de conta relacionados com a implementação dos PIR, considerando que os recursos financeiros serão transferidos para as associações beneficiárias mediante procedimento definido no ROP. Na seleção dos serviços de ATER, serão aplicados critérios que permitam a inclusão de técnicas mulheres nas equipes, na perspectiva de ficar o mais aderente possível às necessidades específicas das mulheres e para propor soluções mais adequadas para as mulheres beneficiárias das ações do Projeto. Por exemplo, será critério de seleção das entidades de ATER que tenham um percentual mínimo de 30% de mulheres em suas equipes.

No caso do acompanhamento para a implementação das Tecnologias Sociais, será contratada uma ATER específica para isso e que atende o marco jurídico para contratação de serviços para esta modalidade. As entidades assim contratadas, serão responsáveis pela aquisição dos materiais, fornecimento de serviços especializados para a construção das Tecnologias Sociais e processos de capacitação dos beneficiários para aplicação de boas práticas de uso e manutenção.

**Ações Previstas e Produtos:** As ações previstas neste produto envolvem: (i) identificação das comunidades; (ii) critérios de elegibilidade das comunidades; (iii) priorização e seleção das comunidades; (iv) Processo de Elaboração dos Planos de Investimentos Resiliente; (v) elaboração dos PIRs; (vi) parâmetros de elaboração dos PIRs; (vii) investimentos elegíveis para financiamento; (viii) investimentos de Adaptação Climática financiáveis; (ix) Investimentos de Mitigação Climática financiáveis; (x) Investimentos não elegíveis; (xi) processo de aprovação dos PIRs; (xii) critérios de avaliação e priorização.

O detalhamento sobre as ações previstas pode ser apreciado no **Anexo** Erro! Fonte de referência não encontrada. desta AASE.

### **Subcomponente 1.2 - Fortalecimento e diversificação da Comercialização**

Este subcomponente visa melhorar a comercialização e a inserção das famílias nas cadeias de valor, por meio da melhoria da gestão e das estruturas de produção das cooperativas de agricultores familiares.

Visa o fortalecimento das cooperativas, por meio de Plano de Negócio (PN), numa perspectiva de consolidar as suas capacidades de gestão, agregação de valor, diversificação da oferta comercial e acesso aos mercados em melhores condições. Ao invés de buscar criar novas cooperativas, a prioridade será dada para cooperativas existentes, para aprimoramento das suas capacidades de gestão e com fragilidades de funcionamento.

#### **Produto – Planos de Negócios**

A elaboração desses PN irá considerar o fortalecimento da produção realizado no subcomponente 1.1 por meio dos PIR, no intuito de integrar os produtores nessas cooperativas para acessar o mercado.

A elaboração dos PN irá buscar uma diversificação dos mercados acessados. Além dos mercados institucionais, como PNAE e PAA, se buscará outros atores, principalmente da iniciativa privada. O Projeto buscará a inclusão das organizações no Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar no Nordeste (SIRAF), criado pelo consórcio do Nordeste e que vem oferecendo um novo canal para estabelecer o contato entre produtores e compradores.

Planos de Negócios (PNs) serão o principal instrumento de implementação do subcomponente e serão elaborados com organizações econômicas dos produtores, geralmente de tipo cooperativa. Os PN deverão permitir o financiamento de investimentos estruturantes que poderão beneficiar agricultores familiares, entre os quais, os produtores beneficiados por meio dos PIR. Serviços de Assessoria Técnica Especializada (ATE) especialmente dedicados aos PN e ao fortalecimento de capacidades das organizações beneficiárias, serão também financiados pelos PNs.

Os PNs deverão permitir a implementação de mecanismos competitivos, orientados para soluções inovadoras e ambientalmente sustentáveis, para fortalecimento da comercialização em rede e centrais de cooperativas.

Os investimentos serão focados em organizações já existentes e que apresentam debilidades nos processos de gestão, que não conseguem alcançar níveis de comercialização suficientes, que encontram dificuldades para atender a legislação ambiental e sanitária, ou que funcionam abaixo da sua capacidade. Nestes casos, o Projeto vai fortalecer as capacidades das equipes de gestão, apoiar o aprimoramento e modernização dos equipamentos e instalações, melhorando o processamento e a diversificação dos produtos, com foco na adequação e/ou ampliação da infraestrutura

física (como as áreas de processamento e armazenamento), com o objetivo de atender inclusive, às normas sanitárias e ambientais para a obtenção de certificações (SIF, certificação orgânica, selos coletivos distintivos, valorizando produtos sustentáveis dos biomas Caatinga e Mata Atlântica etc.). Quando relevante, o desenvolvimento de sistemas participativos de garantia (SPG) orientado para processos de certificação serão também apoiados. Para essas atividades, o Subcomponente 2.2 terá uma contribuição importante e complementaridades serão construídas.

Em casos excepcionais, o apoio do Projeto poderá ser dirigido para a estruturar a capacidade produtiva de uma cooperativa, atuando dentro das cadeias produtivas apoiadas. Esses casos serão pontuais e submetidos a análises prévia de viabilidade considerando em particular a existência de outros empreendimentos semelhantes na área do Projeto.

O fortalecimento das capacidades das equipes das cooperativas será um ponto chave dos PNs, que abordará a temática de melhores práticas de beneficiamento, além de outras, como a parte gestão administrativa e financeira. Neste caso, estão previstos a realização de cursos, sobre boas práticas de gestão e organização da produção, processamento, agregação de valor, gestão financeira, fortalecimento institucional, estratégias de marketing etc. As equipes de gestores desses empreendimentos serão os principais beneficiários. Esses cursos serão principalmente realizados por meio de consultorias especializadas, (como consultores individuais, EMPAER, EMBRAPA, SEBRAE, SENAR, etc.).

A preparação dos Planos de Negócios incluirá um diagnóstico da situação da organização, identificando com clareza os problemas e dificuldades mais importantes encontrados e também as oportunidades que possam ser aproveitadas. Os PNs poderão incluir atividades agrícolas de produção primária, de transformação e de comercialização desta produção. Também poderão ser contempladas outras iniciativas econômicas como o artesanato, o turismo de base comunitário entre outros, com a condição de ter potencial para a geração de renda de forma sustentável. Como o objeto destes Planos será relacionado com 'negócios', envolvendo temáticas de produção e de mercado, torna-se necessário incluir neles informações mais detalhadas tais como um 'mapa' da cadeia produtiva com identificação de fluxos e atores, uma análise dos produtos demandados pelo mercado e de suas tendências (volumes, preços), análise da concorrência, uma estratégia de atuação no mercado, um planejamento de vendas e uma estratégia de gerenciamento dos investimentos. O Plano de Negócios identificará os investimentos materiais que deverão ser realizados (construção/reformas, maquinário, equipamentos, etc.). Além disso, deverá apontar as necessidades de capacitação (que poderão abranger dimensões de produção, de comercialização, de gestão administrativa e financeira, ou outras) que a implementação do Plano de Negócios exigirá.

**Provisão de serviços de Consultoria Técnica Especializada (CTE):** Considerando as capacidades encontradas nas organizações da região atendida pelo Projeto, será necessária a contratação de serviços de CTE para a elaboração e implementação de todos os Planos. Esses serviços serão contratados pela UGP, por meio de um processo competitivo e que atende as normas do BID/FIDA, com recursos previstos no orçamento do Subcomponente 2.2. Contudo, em certos casos e quando a organização beneficiária mostrar experiência e capacidade, ela poderia assumir a responsabilidade de contratar diretamente a CTE.

Para a provisão destes serviços poderão ser contratadas pessoas físicas ou jurídicas. Os critérios de seleção dos provedores incluirão: i) experiência na prestação de consultoria para cooperativas da Agricultura Familiar; ii) a capacidade técnica

relacionada com a(s) problemática(s) específica(s) identificada(s) pela cooperativa, como por exemplo, melhoria dos processos de beneficiamento, desenvolver uma estratégia e identificar novos canais de comercialização, desenvolver um sistema de certificação, etc.; iii) Capacidade técnica para tratar e integrar temas ambientais relacionados com as atividades desenvolvidas pelas cooperativas assessoradas; iv) capacidade de atuação de forma remota (utilizando ferramentas digitais); v) experiência com o tema de acesso às políticas públicas.

Os serviços de CTE deverão estimular as organizações apoiadas a buscar outras fontes de financiamento e fornecedores de serviços, para complementar os recursos alocados pelo PROCASE II e também para satisfazer demandas não incluídas nos planos de negócios por ele apoiados. Buscar-se-ão também, sempre que possível, possibilidades de cooperação e aliança com o setor privado.

**Ações Previstas e Produtos:** As ações previstas neste produto envolvem: (i) Identificação e seleção de organizações beneficiárias; (ii) Elaboração dos PNs; (iii) Investimentos Elegíveis para financiamento; (iv) Tipos de investimentos de Adaptação Climática financiáveis; (v) Tipos de Investimentos de Mitigação Climática financiáveis; (vi) Investimentos Não Elegíveis para financiamento; (vii) Critérios de avaliação e priorização dos PN; (viii) Implementação dos PNs

O detalhamento sobre as ações previstas pode ser apreciado no **Anexo** Erro! Fonte de referência não encontrada. desta AASE.

## **Componente 2. – Fortalecimento das capacidades e das organizações da Agricultura Familiar e Gestão do Conhecimento**

---

O objetivo é fortalecer as capacidades individuais e coletivas dos agricultores familiares e suas organizações, necessárias para aumentar a adoção de tecnologias agrícolas que promovam maior resiliência de seus sistemas, para melhorar a inclusão produtiva e social, bem como as condições ambientais e fundiárias das comunidades rurais e do seu entorno.

As capacidades reforçadas através da componente serão ferramenta essencial para a implementação dos investimentos e práticas inovadoras promovidas pelo Componente 1.

Para contribuir à consecução dos objetivos gerais do projeto, o componente desenvolverá um conjunto de atividades com os seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer as capacidades das famílias e das organizações comunitárias para implementar sistemas de produção mais resilientes e mais produtivos, para gerir melhor as organizações e para acessar políticas públicas;
- Fortalecer as capacidades das organizações rurais para que possam desenvolver a sua produção e acessar os mercados;
- Fortalecer as capacidades específicas dos públicos prioritários nos temas de gênero, juventude, PCTs, PcDs, população LGBTQIAPN+ para promover seu empoderamento.
- Promover a regularização fundiária e ambiental de estabelecimentos da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e comunidades quilombolas.
- Implementar um processo de gestão do conhecimento (GC) e cooperação sul-sul e triangular (SSTC) que permita gerar, registrar, compartilhar e utilizar conhecimentos pertinentes.

A seguir, são apresentados os subcomponentes envolvidos neste C2. O detalhamento completo sobre cada subcomponente pode ser apreciado no Anexo **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

### **Subcomponente 2.1. Desenvolvimento das Capacidades das Organizações Rurais Comunitárias**

O componente estará focado no fortalecimento das capacidades das famílias e das organizações comunitárias beneficiárias, considerando as fragilidades identificadas em diversos âmbitos, com conhecimentos adequados para implementar sistemas de produção mais resilientes às alterações climáticas e mais produtivos, assim como para aprimorar a gestão das organizações comunitárias.

Financiará a contratação de serviços de Assessoria Técnica (ATER) Agroecológica para realizar atividades que visam aumentar o acesso das famílias beneficiadas à informação adequada e de qualidade. Os temas principais a serem tratados pela ATER serão o desenvolvimento de uma produção agropecuária mais rentável, diversificada e também mais resiliente, a proteção e recuperação dos recursos ambientais e ao aprimoramento da gestão das organizações. Buscará também uma maior integração delas em diferentes cadeias de valor da região com iniciativas de apoio ao beneficiamento e à comercialização. E, finalmente, o subcomponente buscará fortalecer as equipes de ATER contratadas, para assegurar a boa qualidade deste serviço.

#### **Ações previstas**

- Provisão de Serviços de ATER Agroecológica nas comunidades
- Eventos de capacitação/intercâmbio complementares para agricultores/as, incluindo dirigentes das associações.
- Eventos para aperfeiçoamento das equipes ATER
- Capacitação dos/as agricultores/as familiares em Políticas Públicas

Serão beneficiadas aproximadamente 18.000 famílias com serviços de ATER, das quais 50% deverão ser representadas por mulheres, 20% por jovens e pelo menos 5% por Povos e Comunidades Tradicionais e 2% de PCD. Uma parte deste mesmo público (aproximadamente 2.600 pessoas) será atendida com eventos de capacitação complementares. Aproximadamente 150 técnicos/as agentes de ATER também serão capacitados.

Os cursos em Políticas Públicas deverão beneficiar um total de 32.000 famílias, das quais 50% deverão ser representadas por mulheres, 30% por jovens e pelo menos 5% por Povos e Comunidades Tradicionais.

### **Subcomponente 2.2. Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar para o Acesso ao Mercado**

O objetivo deste subcomponente é fortalecer as capacidades das equipes das organizações econômicas (principalmente as cooperativas) atendidas pelo Projeto. Também serão trabalhados grupos /organizações de agricultores/as com o intuito da criação ou fortalecimento de feiras locais e pequenos centros de comercialização. No âmbito da melhoria das condições para a comercialização, o Projeto poderá apoiar ainda a criação e/ou fortalecimento de serviços de fiscalização sanitária a nível municipal ou para grupos de municípios organizados em territórios / 'consórcios de municípios'.

Espera-se contribuir para ampliar a inserção das organizações econômicas da agricultura familiar e de seus produtos em canais de comercialização diversificados, com maior geração de renda para as famílias beneficiadas.

### ***Ações previstas***

- Provisão de Consultoria Técnica Especializada (CTE)
- Iniciativas de fortalecimento de feiras e centros de comercialização
- Implantação de piloto de Sistema Participativo de Certificação Orgânica (SPG)
- Estruturação de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal

A provisão de serviços de CTE trabalhará com 60 Planos de Negócios de organizações econômicas, beneficiando aproximadamente 5.000 famílias, das quais 50% deverão ser representadas por mulheres, 20% por jovens e pelo menos 5% por Povos e Comunidades Tradicionais e 2% de PCD.

A iniciativa de fortalecimento de feiras locais e Centros de Comercialização trabalhará com 50 unidades (feiras e Centros) beneficiando aproximadamente 800 famílias.

Prevê-se a estruturação de 2 Serviços de Inspeção Sanitária de Consórcios Municipais, bem como a estruturação de 15 sistemas de garantia participativa - SPG.

### **Subcomponente 2.3. Gênero, Juventude, Diversidade, Nutrição e Segurança Alimentar**

Este subcomponente terá como objetivo promover o empoderamento das mulheres, jovens, PCTs, LGBTQIABP+ e PcD, assim como a melhoria da nutrição e segurança alimentar das famílias beneficiárias. As atividades trabalharão com as temáticas transversais do projeto, fortalecendo e apoiando a integração destes temas em todos os componentes.

#### **Foco em gênero e diversidade**

O Projeto terá uma abordagem holística de transformação das relações de gênero, de promoção da inclusão de afrodescendentes e PCTs, da comunidade LGBTQIAPN+ e das pessoas com deficiência, que foca nas causas ambientais, econômicas, políticas e culturais da vulnerabilidade social desses grupos. Para transformar as relações desiguais de poder, moldadas por estruturas, normas e práticas patriarcais e excludentes, assim como empoderar as mulheres, afrodescendentes e PCTs, a comunidade LGBTQIAPN+ e as pessoas com deficiência serão seguidas as seguintes trajetórias de transformação:

- i) promover empoderamento econômico e igualdade por meio da valorização das contribuições das mulheres para a economia familiar e o desenvolvimento comunitário,
- ii) lidar com a questão de sobrecarga das mulheres devido ao trabalho doméstico e de cuidados, promovendo uma divisão mais justa da carga de trabalho entre homens e mulheres,
- iii) capacitar os grupos-alvo para que tenham maior voz e poder de decisão nas instituições e organizações rurais,
- iv) promover incidência nas políticas para mulheres, jovens e PCTs,
- v) prevenir a violência baseada em gênero, v) valorizar os saberes, práticas e modos de vida tradicionais de produção, alimentação e gestão dos recursos naturais e

- vi) promover a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ e das pessoas com deficiência, buscando fortalecê-los, promover sua liderança e o respeito aos seus direitos.

Portanto, este subcomponente visa a apoiar a transversalização da estratégia de gênero e diversidade por todo o Projeto, a qual terá uma abordagem interseccional, considerando a sobreposição de múltiplas discriminações de gênero, raça/etnia, orientação sexual e deficiência. Todas as atividades e produtos propostos para este componente estarão contidas e serão orientadas pela Estratégia e Plano de Gênero e Diversidade a ser elaborada no início da implementação do Projeto.

#### Foco em juventudes

Entre os fatores que influenciam na permanência no rural está o acesso a oportunidades de trabalho e renda, à educação/formação adequada às características do meio rural, a valorização dos modos de vida no campo, a disponibilidade de serviços e condições que possam oferecer possibilidade de sucesso na produção agrícola. Para responder a essas questões levantadas no diagnóstico de Juventude e buscando promover a permanência dos jovens no campo, assim como oferecer mais oportunidades de renda e trabalho sustentáveis para os jovens de forma geral, a estratégia desse subcomponente baseia-se em três eixos principais:

- i) Promover amplo programa de formação em atividades agrícolas e não agrícolas que gerem maiores oportunidades de emprego e renda,
- ii) Implementar programa de revalorização da vida no campo por meio de atividades de comunicação,
- iii) Promover a formação de Redes de Jovens e debates sobre temas relevantes ao desenvolvimento das juventudes rurais.

#### Foco em Nutrição

Para melhorar a segurança alimentar, o estado nutricional e aumentar a adoção de práticas alimentares saudáveis pelas pelo Projeto, este subcomponente do PROCASE II irá implementar uma estratégia centrada principalmente em treinamentos de educação alimentar e nutricional,. Serão 3 os eixos principais de atuação:

- Sensibilização a boas práticas de nutrição e saúde (saúde reprodutiva, saúde materna e saúde infantil), para melhorar em particular o estado nutricional e de saúde das mulheres e das crianças;
- Sensibilização para a cultura alimentar, uma alimentação saudável que inclui em particular as Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) dos territórios alvos; e
- Formação das comunidades vulneráveis na transformação de produtos locais saudáveis de forma a aumentar o seu consumo diário de maneira sustentável e favorecer o empoderamento das comunidades vulneráveis, valorizando a cultura alimentar local.

#### **Ações previstas e produtos**

- Plano de Gênero e Diversidade: O Plano de Gênero e Diversidade será elaborado nos primeiros meses de implementação do Projeto pelo/a especialista de Gênero e Diversidade da UGP com apoio de consultoria específica contratada para detalhar a estratégia geral e a metodologia de implementação de todas as atividades relacionadas à equidade de gênero e ao empoderamento das mulheres, assim

como de inclusão de PCTs, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+. Entre as atividades previstas no Plano de Gênero, devem estar incluídas:

- a. Capacitação modular em Gênero e Diversidade para as equipes do Projeto e de AT
  - b. Formações em gênero e diversidade voltadas aos beneficiários diretos do Projeto
  - c. Implementação da Metodologia das Cadernetas Agroecológicas
  - d. Formação de cirandeira(o)s
  - e. Atividades de cuidado/educação infantil que permitam a participação das mulheres nas atividades do Projeto
  - f. Encontros temáticos de diversidade (voltados a PCDs e LGBTQIAPN+)
- Plano de Juventude: Um Plano de Juventude será elaborado nos primeiros meses de implementação do Projeto pelo(a) especialista de Juventude da UGP para detalhar a estratégia geral e a metodologia de implementação de todas as atividades deste subcomponente relacionadas ao empoderamento socioeconômico e político dos jovens. Serão desenvolvidos, ao menos, as seguintes atividades transversais voltadas aos jovens rurais da área do Projeto:
    - a. Formações profissionalizantes em atividades agrícolas e não agrícolas
    - b. Capacitação de Jovens Comunicadores
    - c. Encontros temáticos com jovens e formação de Redes de Jovens Rurais
  - Plano de Fortalecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs): Um Plano de Fortalecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais será elaborado nos primeiros meses de implementação do Projeto.
    - a. Fortalecimento das Redes de PCTs
    - b. Feiras de Integração de Políticas para os PCTs
  - Plano de Nutrição e Segurança Alimentar: Um Plano de Nutrição e Segurança Alimentar será elaborado nos primeiros meses de implementação do Projeto.
    - a. Iniciativa de educação nutricional para melhorar a nutrição e a saúde materna e infantil nas comunidades mais vulneráveis do projeto
    - b. Eventos de formação em cultura alimentar e transformação de alimentos para valorizar os produtos territoriais na perspectiva de melhorar a nutrição e facilitar o empoderamento das mulheres e dos jovens
    - c. Sensibilização de alunos das Escolas Cidadãs Integrais à nutrição, saúde e cultura alimentar
  - Agentes de Desenvolvimento Local: O Projeto irá contratar uma fundação, que será responsável por contratar os Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), que são jovens das próprias comunidades, contratados pelo PROCASE II para realizarem tarefas como a mobilização das comunidades e das organizações para um engajamento ativo no Projeto. Além da mobilização, os ADL deverão desempenhar função importante na gestão dos convênios realizados pelas associações comunitárias, apoiando a realização de licitações, a atualização de informações financeiras, o monitoramento dos investimentos realizados, a prestação de contas e a manutenção da regularização fiscal das associações. Será contratado um jovem

por Plano de Investimento Resiliente, o qual, por sua vez, atende 3 comunidades. Os jovens ADLs receberão uma série de formações para o desenvolvimento de suas capacidades. Desempenhando o papel de ADL, espera-se que os jovens selecionados possam adquirir experiência em liderança e gestão, passando a ser referências nas comunidades que representam e continuando a apoiá-las mesmo após o final do Projeto. Os ADLs cumprirão também papel importante no apoio à implementação das atividades transversais, como de gênero, diversidade e juventude, assim como na comunicação entre as comunidades, o Projeto e as equipes de AT.

#### **Subcomponente 2.4. Regularização Fundiária e Ambiental**

O presente subcomponente tem por objetivo o fortalecimento das unidades familiares atendidas, tornando a base produtiva mais segura por meio do apoio à regularização fundiária e ambiental.

#### **Ações previstas**

Para atingir este objetivo, serão implementadas ações de apoio à regularização fundiária e ambiental.

- Apoio à regularização fundiária e ambiental: Buscando aportar soluções para o problema de um número grande de unidades familiares da Paraíba que não possui documentação legal completa e nem reconhecimento formal dessas propriedades, o Projeto se propõe a implementar uma iniciativa de regularização fundiária e cadastro ambiental.
  - a. Escolha das comunidades /propriedades/ a serem beneficiadas
  - b. Implementação dos roteiros de regularização: A experiência anterior da EMPAER permitiu que fosse definido um roteiro ou sequência de passos que devem ser realizados para que um imóvel rural seja regularizado. É este roteiro, que cobre tanto a dimensão fundiária como aquela do cadastro ambiental, que constitui a espinha dorsal metodológica da iniciativa de regularização do Projeto.

Cabe assinalar que o roteiro a ser percorrido por cada propriedade a ser regularizada é levemente diferente conforme a situação de partida de cada imóvel, havendo neste caso dois cenários iniciais possíveis: i) Imóveis que contêm escritura pública – áreas dominiais e ii) Imóveis sem escritura pública – áreas de posse. Ambos os roteiros são parecidos, tendo aquele das áreas de posse alguns passos suplementares. Os roteiros são apresentados com mais detalhes na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Roteiros de regularização fundiária e cadastro ambiental**

Momento inicial: Ação de mobilização e divulgação, no qual a iniciativa é apresentada e explicada para o público beneficiário, visando identificar/confirmar as unidades familiares ou comunidades interessadas em participar e que atendam os critérios de priorização (áreas sem litígio, quilombolas, assentados, AF com menos de 25 ha, etc).. Uma vez identificados os/as potenciais participantes, aplicam-se os roteiros de atividades a seguir.	
<b>Roteiro de atividades (i): Áreas dominiais</b>	<b>Roteiro de atividades (ii) – Áreas de posse</b>
1 – Diagnóstico do imóvel rural. Visa identificar se o imóvel é de área dominial (com escritura) ou área de posse (sem escritura).	1 – Diagnóstico do imóvel rural. Visa identificar se o imóvel é de área dominial (com escritura) ou área de posse (sem escritura).
2 – Georreferenciamento do imóvel rural.	2 – Georreferenciamento do imóvel rural.
3 - Fiscalização do georreferenciamento: feito 100% por imagem de satélite e fiscalização in loco de alguns imóveis. Verifica se os marcos estão implantados	3 – Fiscalização do georreferenciamento: feito 100% por imagem de satélite e fiscalização in loco de alguns imóveis. Verifica se os marcos estão implantados

<p>corretamente e se possui alguma divergência que precise ser corrigida. A propriedade que precisar de ajuste será corrigida pela empresa contratada. A propriedade que estiver apta, poderá ser inserida no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).</p>	<p>corretamente e se possui alguma divergência que precise ser corrigida. A propriedade que precisar de ajuste será corrigida pela empresa contratada. A propriedade que estiver apta, poderá ser inserida no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).</p>
<p>4 – Avaliação de documentação por Comissão Discriminatória, para declarar que o imóvel está apto para as próximas etapas</p>	<p>4 – Avaliação de documentação por Comissão Discriminatória, para declarar que o imóvel está apto para as próximas etapas</p>
<p>5 – Criação ou atualização de código de cadastro no Sistema Nacional de Cadastro Rural (com emissão do CCIR<sup>1</sup>)</p>	<p>5 – Criação ou atualização de código de cadastro no Sistema Nacional de Cadastro Rural (com emissão do CCIR)</p>
<p>6 – Aprovação por parte do órgão (INCRA/EMPAER) da/o parcela/imóvel georreferenciado no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que permite gerar peças técnicas (plantas e memoriais descritivos) do imóvel. A entrega destas peças técnicas certifica a regularização fundiária que é o georreferenciamento (no roteiro (i) das áreas dominiais).</p>	<p>6 – Aprovação por parte do órgão (INCRA/EMPAER) da/o parcela/imóvel georreferenciado no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que permite gerar peças técnicas (plantas e memoriais descritivos) do imóvel. Como se trata de terras devolutas, a documentação, neste estágio, é emitida em nome do Estado. Com a entrega destas peças conclui-se a primeira etapa da regularização fundiária que é o georreferenciamento.</p>
	<p>6.1 – Entrega de planta e memorial para cartório, para criação de matrícula, e arrecadação da terra devoluta.</p>
	<p>6.2 – Análise por Comissão Discriminatória</p>
	<p>6.3 – Atualização das peças técnicas, que a partir de então, ficarão no nome do posseiro beneficiário e confecção de título definitivo de propriedade em seu nome (ou da comunidade em caso de terra coletiva).</p>
	<p>6.4 - Envio da documentação atualizada ao Cartório para transferência do domínio (Estado para beneficiário).</p>
<p>7 – Criação ou atualização de cadastro no CAR (Cadastro Ambiental Rural), aproveitando os dados registrados no SIGEF. O recibo de inscrição do imóvel rural no CAR comprova a conclusão do cadastro.</p>	<p>7 – Criação ou atualização de cadastro no CAR (Cadastro Ambiental Rural), aproveitando os dados registrados no SIGEF. O recibo de inscrição do imóvel rural no CAR comprova a conclusão do cadastro.</p>
<p>8 – Elaboração do título de reconhecimento de domínio</p>	<p>8 – Quanto a etapa 6.4 do cartório está concluída, a propriedade está apta e atualizada. Com as etapas acima concluídas o imóvel está com a documentação totalmente regularizada e pronta para ser entregue ao beneficiário (individual ou coletivo).</p>
<p>9 – Propriedade apta e atualizada. Com as etapas acima concluídas o imóvel está apto, com o reconhecimento de domínio. As peças técnicas poderão ser encaminhadas ao cartório para averbação da área. Com isso pode ser emitida nova certidão, atualizada.</p>	

<sup>1</sup> CCIR é a Certidão de Cadastro de Imóvel Rural, que é emitido pelo INCRA, via o Sistema de Cadastro Rural.

Espera-se que aproximadamente 5.000 imóveis (abrangendo cerca de 100.000 hectares) possam, com a condução do Projeto, percorrer este roteiro, até obter a regularização almejada, esclarecendo-se que nos assentamentos da reforma agrária (federais ou estaduais) e nos municípios atendidos pela EMPAER a titulação será individual, por família beneficiada. No caso das comunidades quilombolas, a titulação será coletiva, abrangendo todo o polígono georreferenciado e em nome das associações de moradores devidamente registradas.

A iniciativa de regularização fundiária e ambiental atenderá aproximadamente 5.000 imóveis rurais e famílias, dos quais 40 % serão de comunidades quilombolas e de assentamentos federais e estaduais.

### **Subcomponente 2.5. Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul e Triangular**

O subcomponente 2.5 irá desenvolver e implantar um processo de gestão do conhecimento capaz de gerar, registrar, compartilhar e utilizar conhecimentos gerados no Projeto. Também buscará alimentar o processo de implementação do Projeto com informações e conhecimentos pertinentes. O conhecimento será disponibilizado para diferentes escalas geográficas: entre os participantes do projeto (em nível comunitário e territorial), em nível estadual, na região Nordeste e em outros países em desenvolvimento (via CSST), e para diferentes públicos-alvo: beneficiários, Parceiros de implementação e provedores de serviços, a equipe do projeto, entidades governamentais e outros. Os objetivos serão refinados durante a elaboração do plano de Gestão do Conhecimento (GC) e Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST).

#### ***Ações previstas***

- **Plano de GC e CSST:** Nesse plano vão ser definidos o objetivo detalhado das atividades de GC e CSST, os produtos elaborados para cada grupo alvo, os canais de distribuição, entre outros. O PROCASE II poderá aproveitar uma ampla gama de recursos, produtos e experiências de outras iniciativas e projetos, incluindo as lições aprendidas do PROCASE I. Portanto, as atividades de GC e CSST do PROCASE II devem evitar a duplicação de material já existente e ao mesmo tempo utilizar esse material nas atividades dos projetos, como capacitações e treinamentos. As principais atividades e produtos incluem:
  - Sistematização de experiências, boas práticas e resultados e Estudos de interesse do Projeto sobre temas especializados
  - Comunicação e Divulgação em Gestão do Conhecimento
  - Ações de Cooperação Sul-Sul e Triangular

Serão realizados no âmbito deste subcomponente 25 sistematizações e estudos em Gestão do Conhecimento, 6 fases anuais de comunicação e divulgação e 10 eventos de intercâmbios de Cooperação Sul-Sul.

### **Gestão Do Projeto, Monitoramento E Avaliação**

Este componente tem o objetivo de criar um mecanismo eficiente de gerenciamento e controle das atividades implementadas pelo Projeto, permitindo sua plena execução, em consonância com a proposta de intervenção do Projeto, além de garantir a implementação dos Planos Operativos Anuais (POA).

Objetiva também introduzir inovações tecnológicas para garantir o monitoramento e a avaliação das atividades, o registro e a sistematização da Gestão do Conhecimento,

além de viabilizar a comunicação transparente entre as partes interessadas, incluindo ações de intercâmbio de conhecimento.

Para o atendimento desses objetivos, o componente atuará com base em 2 subcomponentes, caracterizados a seguir.

### **Gestão do Projeto**

Permitirá apoiar a Unidade Gestora do Projeto (UGP)<sup>2</sup>, por meio da implementação de instrumentos que permitam reforçar: i) O gerenciamento; ii) A administração; iii) A capacidade operacional técnica; iv) Os processos de aquisição (licitações e contratos); e v) A gestão financeira. Este apoio deverá facilitar o cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.

Como Sub componente de Gestão, suas atividades convergem para o atendimento das Diretrizes e Políticas do BID e do FIDA para financiamentos, tais como os procedimentos específicos para: i) licitações e contratos; ii) pedidos de desembolsos e prestações de contas dos recursos aportados, executados e/ou comprometidos; e iii) supervisão da implementação das iniciativas comunitárias, assegurando o cumprimento dos requerimentos de salvaguardas ambientais e sociais, de aquisições e de gestão financeira, incluindo prestações de contas dos beneficiários.

### ***Produto - Apoio à gestão do Projeto***

**Principais produtos:** Unidade de Gestão do Projeto operacional por 6 anos

### **Monitoramento e Avaliação (M&A)**

O Projeto montará um dispositivo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) das suas atividades e resultados, que será um instrumento essencial para a gestão, permitindo a realização do planejamento e acompanhamento da execução do Projeto bem como efetuará ações para garantir a inclusão digital.

### ***Produto - Sistema de monitoramento***

O Projeto implementará um sistema gerencial de informações, onde o fluxo seguirá a partir dos dados levantados em campo, até a UGP. Para melhor organização, um sistema informático será desenvolvido a partir dos utilizados Procace – fase 1, para o monitoramento de todas as atividades a serem desenvolvidas.

**Principais produtos:** Sistemas de M&A elaborados

### ***Produto - Estudos de avaliação de impacto***

A avaliação de impacto trará informações se o Projeto conseguiu alcançar os resultados previstos no objetivo, além de registrar os impactos ocorridos na melhoria de vida da população alvo, como no tema de nutrição, renda, métodos produtivos, entre outros.

A pesquisa utilizará o método das diferenças em diferenças, e portanto, será realizada em 2 grupos, sendo o tratamento (uma amostra de beneficiários do Projeto), e controle (não beneficiários, mas que possuem um perfil semelhante ao grupo tratamento), com pesquisa em campo sendo realizada em 3 momentos temporais distintos: i) Linha de base, que será uma espécie de raio X inicial das famílias beneficiárias do Projeto, onde informações sobre a composição familiar, produção, renda etc. , serão obtidas para posterior comparação com os estudos subsequentes; ii) Meio Termo, que será realizada entre os anos 3 e 4 do Projeto, ou seja, na metade da sua implementação; e iii) Avaliação

---

<sup>2</sup> A UGP foi criada formalmente através do Decreto nº 44.934 de 15 de abril de 2024, que dispõe sobre a Unidade e define a Estrutura Básica para gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba – PROCASE II.

Final de Impacto, que será realizada durante o último ano de execução do Projeto, no mesmo grupo pesquisado nas etapas anteriores.

**Principais produtos:** Pesquisa de linha de base, meio termo e impacto realizadas

#### ***Produto - Sistematização de experiências***

O Projeto realizará inclusive, a sistematização das inovações, tanto de processos, como também de atividades, evidenciando a importância e os resultados destas. Esses produtos serão utilizados pela equipe do Projeto, por servidores do estado, além de outras regiões do Semiárido nordestino e áreas semelhantes, e poderão subsidiar a adoção de outras políticas públicas no Nordeste.

**Principais produtos:** Realização de 50 sistematizações

### **3. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS**

Para as consultas, **deve-se abordar os impactos socioambientais benéficos e adversos dos projetos, bem como as medidas de mitigação previstas no PGASE**, e temas sobre o Projeto que sejam relevantes na discussão com o público.

No geral, as seguintes questões são antecipadas:

- Descrição do Projeto, com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações ou anseios;
- Dinâmica de trabalho das maiores interferências a serem realizadas na comunidade durante a obra versus as ações de mitigação e controle adotadas (lama, poeira, trânsito, ruído, duração da obra);
- Riscos de acidentes;
- Canais de comunicação e manifestação;
- Custos e despesas que possam incidir na comunidade;
- Principais riscos e impactos ambientais e sociais identificados;
- Principais medidas de mitigação para atendimento aos impactos identificados.

### **4. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PARTES INTERESSADAS**

A equipe do PROCASE II possui uma matriz de representantes das associações e cooperativas de produtores para o engajamento nas Consultas Públicas. A matriz de partes interessadas é um instrumento que consolida os atores importantes de serem convidados a se envolverem nas discussões relacionadas aos subprojetos do PROCASE II. Esta Matriz com a seleção de Partes Interessadas relacionadas aos subprojetos do PROCASE II é apresentada no Anexo 11.1.

Portanto, haverá foco na divulgação e convite para a consulta pública da fase de preparação do PROCASE II, além das instituições e representações, mulheres rurais, população jovem atuante, quilombolas, indígenas, comunidades ciganas, pescadores artesanais e pescadoras (marisqueiras), ribeirinhos e assentados.

### **5. ORGANIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO**

Busca-se nas consultas públicas a apresentação do PROJETO e dos documentos socioambientais, assim como a captação de informações, anseios e dúvidas das partes interessadas, incluindo também as respostas aos questionamentos apresentados. Ao

final do processo de consultas deve-se garantir a catalogação de evidências de sua realização, assim como do seu resultado.

Como parte da fase de preparação do PROJETO estão previstas as seguintes consultas públicas<sup>3</sup>:

- **Divulgação Pública de Informações Socioambientais e Canais de Manifestação:**
  - Esta divulgação deverá ser iniciada pelo menos 20 dias antes da realização da consulta pública programada.
  - Através da disponibilização no site do PROCASE II de todos os documentos sociais e ambientais produzidos nesta fase de preparação (AASE, PGASE, ASCE) além de quaisquer outros materiais informativos do Projeto.
  - Serão também disponibilizados documentos e informes resumidos com informações dos documentos socioambientais produzidos.
  - Esta página eletrônica deverá permitir o recebimento de interação das partes interessadas por meio de formulário neste mesmo site. Tal interação será realizada através de formulário de pesquisa *online* por onde as partes interessadas poderão apresentar seus anseios e colaborações.
  - O prazo para a divulgação das respostas será de 7 a 15 dias, através desta mesma página eletrônica.
- **01 Consulta Pública Híbrida (com transmissão online):**
  - Realização de consulta pública com a participação remota através da transmissão ao vivo (a partir da Sede da PROCASE II em João Pessoa).
  - Será promovida sinergia com entidades para possibilitar estruturas locais adequadas para a transmissão da consulta, onde a população interessada possa assistir. Esta estratégia visa ampliar a capilaridade do alcance da consulta às partes interessadas de modo a oportunizar a participação do público que tenha maior dificuldade de acesso à internet. A princípio, foram identificadas as seguintes oportunidades mapeadas e que estão em articulação: 15 regionais da EMPAER – Empresa Paraibana de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, Prefeituras e Secretarias Municipais, sindicatos locais, associações locais, e FUNAI<sup>4</sup>.
  - Poderão ser utilizadas plataformas virtuais como Youtube, com momento para que as pessoas participantes tenham oportunidade de se manifestar através das plataformas virtuais (online, chat).
  - Esta consulta abordará os principais aspectos, impactos e formas de mitigação do Projeto de forma ampla (ambiental e social), conforme os documentos AASE, PGASE e ASCE.

---

<sup>3</sup> Uma consulta pública é compreendida nesta proposta a seguir como uma plenária ou pleito de reunião e apresentação do PROJETO. Por vezes, o documento pode utilizar o termo Consulta Pública referindo-se ao processo completo que envolve desde a divulgação de informações, chamamento, plenárias, manifestações e respostas.

<sup>4</sup> Este item corrobora com características de uma consulta híbrida.

- O convite deverá ser feito a toda Matriz de Partes Interessadas, porém, com ênfase no público Institucional (entidades, associações, prefeituras, órgãos licenciadores, etc.

Importante esclarecer que o presente Plano de Consulta e Participação se destina ao detalhamento das Consultas Públicas às temáticas socioambientais conforme os documentos: AASE e PGASE.

O planejamento das Consultas apresentadas neste Plano será liderado pela equipe do PROCASE II, com apoio de lideranças, associações e Prefeituras Municipais.

Com a publicação dos documentos ambientais e sociais no site do PROCASE II:

- (i) Inicia-se a **Divulgação Pública de Informações** com a publicação dos estudos e documentos socioambientais produzidos na presente fase de preparação;
- (ii) Também se inicia o período de divulgação com a difusão de informações e chamamento das partes interessadas para a consulta pública.
- (iii) Finalizado o período de divulgação e chamamento (de 10 dias mínimos), será realizada a plenária de **Consulta Pública**.

## 6. ATIVIDADES DO PROCESSO DE CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO

A seguir são detalhadas as atividades integrantes do processo de consultas públicas previstas para os documentos ambientais.

### 6.1. Divulgação Pública de Informações e Participação Virtual

A divulgação pública de informações contempla a disponibilização das versões preliminares de todos os documentos socioambientais do processo de preparação do Projeto, e demais materiais que venham a ser produzidos, abarcando os principais temas relacionados às obras a serem realizadas, assim como de material informativo complementar.

#### Objetivos específicos

---

- Estabelecer um canal de consulta e comunicação com a população afetada e beneficiada contínuo durante todo o ciclo de vida do projeto.
- Disponibilizar informações que possam ser vistas durante o período de chamamento e divulgação para apresentar o PROJETO;
- Apresentar os Projetos a serem executados na área da Consulta, observando as questões prioritárias identificadas; informar a duração das atividades do Projeto (fase de preparação + fase de implantação + consultas) cuidando para não criar expectativa<sup>5</sup>;
- Apresentar a versão preliminar dos documentos socioambientais, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas e afetadas do Projeto, destacando os possíveis canais e mecanismos de queixas e reclamações

---

<sup>5</sup> Até a finalização do processo de Consultas na fase de preparação do Projeto, não se tem a definição de quais as comunidades serão beneficiadas pelas ações do Projeto.

disponibilizados para participação da comunidade e tempo de resposta para as queixas apresentadas e abordadas;

- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas pela equipe do PROCASE II;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Formalizar lista de cadastro dos participantes via Internet;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as respostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROJETO.

### **Estratégia de divulgação antecipada**

---

A equipe de comunicação e socioambiental do Procace II estabeleceu estratégia para realizar divulgação sobre o Projeto e também sobre o processo de consulta pública, visando informar a população sobre o Projeto, questões socioambientais que o norteia, iniciar a captura da expectativa e anseios das partes interessadas e divulgar o processo de consulta pública.

As atividades de divulgação antecipada envolveram:

- Realização de 10 plenárias com partes interessadas, realizadas entre 4 e 30 de abril;
- Articulação com Prefeituras, sindicatos e potenciais agentes de disseminação da informação (agentes de saúde, p.ex.).

### **Formato de participação**

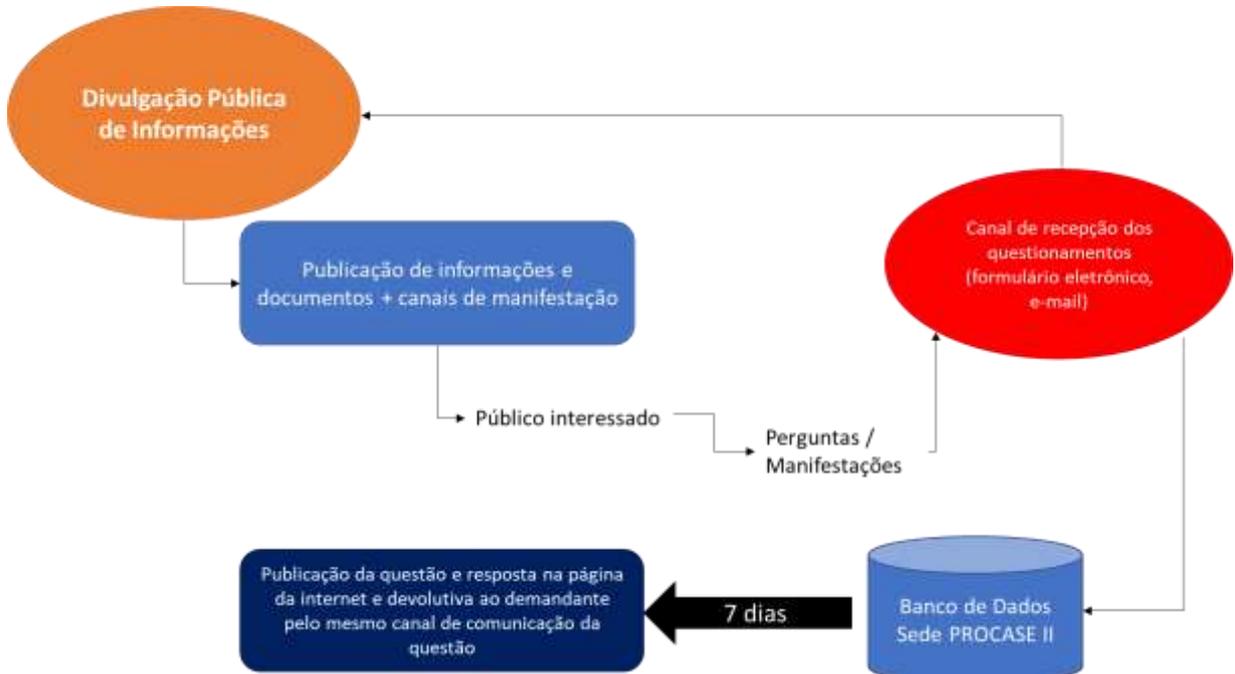
---

Na divulgação pública de informações, às partes interessadas poderão acessar os documentos socioambientais e demais materiais específicos informativos e estratégicos do PROJETO que serão produzidos pela PROCASE II na página eletrônica: <https://www.procace.pb.gov.br/>

As manifestações poderão ser enviadas através de **formulário eletrônico** que poderá ser preenchido online e encaminhado automaticamente. O formulário também conterà perguntas sobre as impressões e anseios quanto ao Projeto. Também serão disponibilizados outros canais exclusivos como alternativa para manifestação, como e-mail. O prazo para a divulgação das respostas será de 7 dias, através desta mesma página eletrônica.

Estes canais de divulgação e participação estarão abertos durante todo o ciclo de vida do PROJETO.

**Figura 36 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Divulgação Pública de Informações**



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2024

## Resultado Esperado

Como resultado, espera-se informar a sociedade sobre o PROJETO, seus benefícios resultantes, assim como dos impactos previstos e as formas de mitigação, garantindo a divulgação das informações sobre riscos sociais e ambientais às partes interessadas, estabelecendo a abertura para o diálogo e manifestações das diferentes partes interessadas.

## 6.2. Consulta Pública – Formato de Participação à Distância

### Objetivos específicos

- Apresentar o PROJETO;
- Apresentar as justificativas (critérios e motivações) que originam a necessidade de implantação (áreas de riscos, qualidade de vida etc.);
- Informar a duração estimadas das atividades em cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas);
- Apresentar a versão preliminar dos documentos com a visão do BID/FIDA, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Apresentar as soluções de projeto ou anteprojeto;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os canais disponibilizados para participação da comunidade e o mecanismo de queixas e reclamações (MQR) para que possam se manifestar

- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas na reunião;
- Informar sobre o prazo e canais de respostas para as perguntas que não puderem ser respondidas durante o evento (de 7 dias no site da PROCASE II);
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem em uma lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as respostas apresentadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROJETO.

### **Público-alvo**

---

A consulta no formato virtual contempla a apresentação das versões preliminares dos documentos do processo de preparação do PROJETO, abarcando os principais temas relacionados às obras e planos a serem realizados. Esta consulta tem como público-alvo as partes interessadas e afetadas em geral e o público diretamente afetado e beneficiado pelo PROJETO, além de responsáveis por instituições relacionadas ao tema.

Reforça-se que, apesar de estes serem os públicos-alvo principais, as consultas são abertas à participação de qualquer pessoa interessada.

O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas. A lista de convidados para as consultas públicas é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 13.1**.

### **Formato de participação**

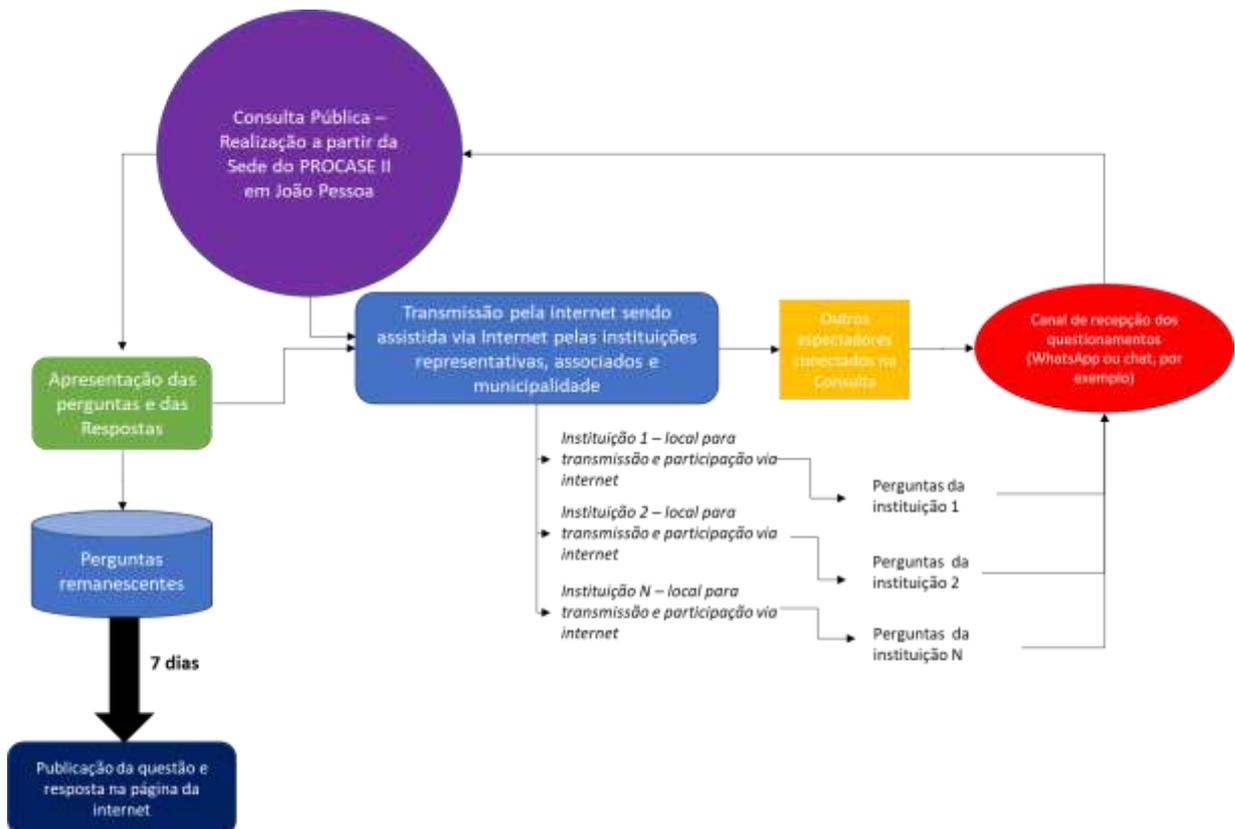
---

- A Consulta Pública virtual será transmitida via internet.
- Haverá o incentivo junto às associações, cooperativas, ONG's, Prefeituras entre outras instituições atuantes localmente, para que se organizem com a comunidade interessada e apoiem a divulgação e a viabilidade conjunta para promover o máximo de participação possível durante a Consulta Pública.
- Está havendo um trabalho junto com instituições, organizações e parceiros para criação de núcleos locais que devem proporcionar transmissão da consulta pública e a participação dos grupos de forma coletiva.
- Através do cadastramento e envio de questões para um canal específico durante a Consulta Pública, a equipe organizadora poderá coletar questionamentos apresentados pelos participantes e enviar para este canal exclusivo que estará centrado em um agente estabelecido na sede do PROCASE II.
- O canal ainda está a ser definido, mas, poderá ser um chat ativo durante a Consulta.
- Uma vez que também será feita transmissão online simultaneamente através de plataformas virtuais (como Youtube), os participantes virtuais poderão enviar suas perguntas através do chat dessas plataformas. Caberá ao agente estabelecido no escritório central do PROCASE II (João Pessoa) selecionar perguntas dos diferentes locais e canais e repassá-las aos condutores da apresentação (técnicos da PROCASE II que poderão responder no momento da apresentação).

Algumas perguntas serão respondidas durante a própria realização da consulta e as questões remanescentes que não puderem ser respondidas no momento do pleito serão

tratadas e respondidas a posteriori, sendo essas publicadas através da página Web do PROJETO, no período de 7 dias, apresentando as perguntas, respostas e indicando as comunidades ou representações que originaram o questionamento. Esta estratégia é sugerida para buscar melhor organização das respostas tendo em vista o grande número esperado de questões. A seguir é apresentado um rápido fluxo do mecanismo de questionamento e resposta da Consulta Pública Virtual.

**Figura 37 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Consulta Pública Virtual**



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2024

## Resultado Esperado

Como resultado, espera-se consultar a sociedade sobre o PROJETO como um todo, e obter informações que possam melhorar tanto os documentos socioambientais AASE/PGASE/ASCE, quanto os projetos das obras e planos produtivos, através do aproveitamento do conhecimento dos participantes da Consulta que atuam local ou regionalmente para enriquecer e melhorar os estudos.

### 6.3. Roteiro das Consultas

**Parte 1:** A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação que estará disponível durante toda a apresentação por meio do espaço de comentários. Nesse momento, também será realizada a apresentação das entidades promotoras da Consulta.

**Parte 2:** Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral, com o auxílio

de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes, quando necessário. Um representante habilitado do PROCASE II fará a apresentação institucional do PROJETO. Membros da equipe de planejamento, social, engenharia e meio ambiente do PROCASE II completam o grupo de especialistas para esclarecimentos dos projetos. Serão abordados os objetivos e justificativas dos projetos, sua descrição e suas alternativas tecnológicas e locais.

**Parte 3: Socioambiental:** Os especialistas do PROCASE II transmitirão uma síntese dos resultados de diagnóstico social e ambiental da área de influência do PROJETO; a descrição dos possíveis impactos ambientais da implantação e operação de atividades; a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e as ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, indicando os responsáveis por sua execução.

**Parte 4:** Após a apresentação, será aberto espaço para ampliar a possibilidade de manifestação dos participantes presentes, expondo sua percepção dos projetos, dúvidas e expectativas.

**Parte 5:** As respostas serão realizadas no decorrer da Consulta e as que por motivos técnicos ou de tempo não forem contempladas no momento, serão respondidas nos sites do PROCASE II. As perguntas serão respondidas, utilizando-se critério baseado na ordem da manifestação, questionamentos ou contribuições semelhantes, e relevância e complexidade ao escopo do pleito.

**Parte 7:** Por fim, serão apresentados os canais de comunicação do MQR oficial para diálogo e resolução de questões, tempo de resposta, agradecimentos e encerramento do evento. Complementarmente, será informado ao final da sessão os canais que estarão disponíveis para recebimento de outras contribuições relacionadas ao escopo do PROJETO e dos documentos socioambientais.

Obs.: A consulta será registrada com ata, gravações, fotografias para documentação e posterior revisão do material. A audiência será gravada e editada, com o objetivo de produzir documentos que comprovem a realização da consulta pública e as lições aprendidas pelo PROJETO durante a fase de consultas.

#### **6.4. Registros das Consultas**

A organização de todos os registros a serem feitos durante o processo de Consulta Pública Significativa será concentrada na equipe da PROCASE II que receberá dos diversos canais as informações relevantes para estruturação e consolidação do Relatório de Consultas Públicas Significativas, sejam em forma passiva, ativa ou dialógica.

As formas de registros do processo de Consulta Pública Significativa envolverão fotos, cadastros, textos fornecidos através dos canais de manifestação com posterior consolidação em arquivo eletrônico (Word, Excel, vídeos, áudios).

O Relatório de Consultas Públicas Significativas do PROJETO apresentará de forma consolidada os seguintes itens:

- Descrição geral do PROJETO;
- Princípios adotados nas consultas;

- Registro da divulgação e chamamento;
- Descrição dos locais de transmissão e realização das consultas;
- Descrição de formas de participação;
- Caracterização do perfil e público participante;
- Contribuições e Manifestações (com respectivas respostas);
- Conclusão;
- Registros (fotos, listas de presença, material de apresentação utilizado etc.).

Em caso de confirmação da viabilidade de transmissão online destes eventos, deverão ser registradas as audiências em cada plataforma utilizada e feitos registros de telas durante a transmissão, de forma a registrar a interação do público, além das respostas apresentadas.

Todo o material de registro será consolidado em um Informe (Relatório) de Consultas realizadas durante o período de preparação da Operação.

## **7. ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO, GRUPOS VULNERÁVEIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Com relação à questão de gênero, à atenção a grupos vulneráveis e comunidades tradicionais, buscando promover o processo de consulta pública às partes interessadas de modo democrático, igualitário e participativo, algumas diretrizes serão assumidas ao longo das ações de mobilização, chamamento e participação, de acordo com as necessidades e dificuldades mapeadas ao longo do processo de avaliação e análise das questões prioritárias que afetam a disponibilidade, acesso e participação de mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, comunidades tradicionais, etc no processo de Consultas Públicas.

As ações que ajudarão a promover a participação efetiva de tais grupos e serão adotadas para todo o processo de consultas públicas do PROCASE II, são as seguintes:

- O processo de mobilização deve contemplar e observar o papel de participação dos grupos mais desfavorecidos. A primeira estratégia é envolvê-los na fase de preparação, tornando-os protagonistas da sensibilização e participação das demais famílias no processo de consultas.
- Em atendimento às necessidades para garantir a participação, as equipes de trabalho devem ser todas orientadas para incorporar as questões associadas a gênero, atenção aos grupos vulneráveis e às comunidades tradicionais.
- Será atendimento *in loco* ou em local que seja o mais próximo possível das comunidades, no período destinado ao processo de Consulta Pública, visando a orientação dos(as) comunitários(as) interessados(as), em especial, mulheres, gestantes, idosos, comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+ e demais grupos vulneráveis identificados. Esta prática objetiva atender necessidades específicas e dificuldades que a comunidade, principalmente grupos vulneráveis, possam apresentar para acessar o processo de consultas virtuais - tendo em vista a possível limitação de acesso aos serviços de telecomunicações (internet), ou mesmo aos eventos presenciais, por exemplo devido a sobreposição de demandas domésticas, familiares e profissionais.

- Os tempos previstos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, serão ampliados, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo os grupos menos favorecidos e vulneráveis de participarem das consultas.
- Os espaços físicos e canais de coleta de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis à população antes e durante o evento, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer. Estes espaços e canais incluem:
  - Espaços locais ou canais de atendimento à distância: que serão definidos conforme as especificidades de cada projeto.
  - Os canais de comunicação da PROCASE II relativos ao Mecanismo de Queixas.
- A participação efetiva de representações locais sobre os aspectos de gênero, grupos vulneráveis e comunidades tradicionais serão estimuladas através de convites direcionados às instituições e organizações sociais de defesa de cada grupo da área de influência do PROCASE II.

## 8. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS

A seguir são descritos os recursos a serem alocados para a preparação, chamamento e execução das consultas.

### 8.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social

As Consultas Públicas serão divulgadas através de diversas formas de comunicação que envolvem desde o corpo a corpo, através da realização de articulações com o público diretamente afetado e seus representantes, mídias de massa e mídias digitais. Neste momento, também será feita a difusão de informações acerca dos projetos envolvidos, os impactos previstos e as medidas para mitigar tais impactos.

O **convite para a Consulta** será realizado através de conteúdos produzidos pela equipe de comunicação do PROCASE II, em alinhamento com a assessoria de comunicação do Governo do Estado, e divulgados nos meios convencionais, tais como: rádio, televisão, portais de notícias, redes sociais, aplicativos de conversa e jornais impressos<sup>6</sup>.

A **mobilização dos interessados** ainda tem reforço de forma presencial, realizado pela equipe do PROCASE II, pelas associações/cooperativas/instituições representativas locais, lideranças e Prefeituras Municipais, promovendo-se articulações com as principais lideranças e fomentando a disseminação da informação.

---

<sup>6</sup> As instituições públicas (governos municipais, estadual e federal), além das organizações da sociedade civil, vinculadas ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, serão parceiros na difusão e na mobilização social no chamamento da Plenária Virtual de Consulta Pública e Participação do PROCASE II.

A **mobilização dos perfis vulneráveis e tradicionais**<sup>7</sup> (como: idosos, LGBTQIAPN+, PCD<sup>8</sup>, pessoas de baixa renda, mulheres chefes de família, entre outros; e também das populações tradicionais) será feita através de **comunicação direta**, ou seja, contato corpo a corpo sendo realizada a visita **pela equipe do PROCASE II ou representante/líder comunitário com suporte das equipes municipais envolvidas**, explicando, além das informações básicas relacionadas ao projeto, impactos e mitigações, a importância e o acesso a todos os perfis ao processo de consulta, projetos e documentos. Também será explicado para este público sobre as ações de atenção para promover acessibilidade e oportunidade de participação. Este grupo também será sensibilizado a participar através dos canais de manifestação disponíveis e serão ainda incentivados a divulgar e convidar possíveis representações ou indivíduos afetados que tenham interesse no processo de consulta. Para estes grupos será ainda perguntado sobre a necessidade de medidas para propiciar a participação, sendo essa uma questão relevante que será avaliada e aplicada conforme a conveniência.

Os **conteúdos acerca do PROJETO**, impactos relacionados e mitigações previstas serão disponibilizados no site institucional <https://www.procasse.pb.gov.br>, e divulgados através de links nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* além de serem disparados simultaneamente através de ferramentas como o *WhatsApp*, com antecedência mínima de 7 dias da data do evento.

No **período da divulgação e chamamento, será disponibilizado um canal de contribuições online** para manifestação dos interessados - *WhatsApp*<sup>9</sup> que será divulgado em todas as mídias utilizadas pela estratégia de comunicação das Consultas Públicas, através das redes sociais e do site da PROCASE II.

Para as Consultas Públicas, a estratégia de comunicação será realizada através de articulações específicas com os líderes comunitários, além da veiculação de materiais informativos enviados à imprensa e divulgados nas mídias sociais com o objetivo de sensibilizar a população e as lideranças da área sobre:

- o que são as consultas públicas, e;
- qual o papel da comunidade afetada ou interessada nessa fase de preparação do PROCASE II.

No engajamento das comunidades afetadas, o papel estabelecido deve abarcar sua inclusão como parte do projeto, de forma a atribuir direito de manifestação e participação no processo de implantação do projeto, além de imbuir as partes afetadas do sentimento de pertencimento do projeto e seus benefícios, e que para se alcançar os objetivos estabelecidos no projeto deve-se ter um trabalho conjunto entre as partes. Já as partes interessadas estão envolvidas no papel de observador e promovedor do bem-estar da comunidade e do meio ambiente, além de também abranger seu papel de colaborador ou formador da opinião pública.

O **chamamento das partes afetadas e interessadas** no PROCASE II será feito de modo geral através de algumas formas de abordagem, a saber:

- Contato Ativo (via telefone/WhatsApp/E-mail);

---

<sup>7</sup> Esta estratégia de ação de mobilização será realizada para perfis específicos, em especial às comunidades tradicionais.

<sup>8</sup> Serão definidas estratégias para atingir o nicho de PCD, como a adoção de sistemas de linguagem de sinais.

<sup>9</sup> Sistema em avaliação para viabilidade de aplicação da ferramenta

- Matérias divulgadas na imprensa;

As formas de participação e manifestação no processo de consulta são:

- **As partes poderão participar da consulta:**
  - i. presencialmente nos locais previstos para transmissão da reunião de consulta;
  - ii. à distância acessando os canais de transmissão das consultas através de computador ou celular;
  - iii. virtualmente, através do site com informações e documentação sobre o projeto, impactos e medidas.
- **As partes poderão também enviar suas preocupações:** através de manifestação feita nos canais oficiais estabelecidos: WhatsApp/e-mail a ser informado nas peças e veículos de comunicações de chamamento e divulgação, bem como na própria consulta; através de formulário na página da Internet do PROCASE II.
- **As perguntas/questionamentos serão respondidas através de:**
  - i. esclarecimentos e respostas dadas no momento da apresentação e interação da reunião de Consulta;
  - ii. através de publicação consolidada dos questionamentos e respostas no site do PROCASE II.
  - iii. através de e-mail ou WhatsApp.

## **9. MECANISMO DE GESTÃO QUEIXAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROCASE II**

Seguindo os requisitos estabelecidos nas Normas BID/FIDA, no contexto do PROCASE II, serão disponibilizados mecanismos de atendimento às dúvidas e queixas da população que possibilitem o estabelecimento de um fluxo de informações entre o agente executor e as populações locais afetadas e que permitam abordar e dirimir, de maneira oportuna, as preocupações específicas a respeito dos projetos e subprojetos do PROCASE II e das medidas de controle e mitigação de impactos.

Esses recursos serão estruturados e implantados de forma a direcionar a comunicação com precisão, o monitoramento da transmissão de mensagens-chave e avaliação da reação das partes interessadas, antecipando obstáculos ou problemas.

Segundo o PDAS 10<sup>10</sup> do BID, são definidos como princípios orientadores deste mecanismo:

- Solucionar pronta e efetivamente, de maneira transparente, culturalmente apropriada e acessível todas as preocupações de qualquer parte interessada, sem nenhum custo e sem retribuição;
- O funcionamento deste mecanismo não impedirá o acesso a recursos judiciais ou administrativos, ou mesmo ao Mecanismo de Consulta e Investigação Independente do BID (MICI);
- Todos os canais de queixas e seus respectivos procedimentos de acesso e retorno das demandas serão pronta e continuamente informados à população;
- Serão disponibilizados publicamente as respostas a todas as queixas recebidas;

---

<sup>10</sup> Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações

- O tratamento das queixas será feito de uma maneira culturalmente apropriada e discreta, objetiva, sensível e responsivo às necessidades e preocupações das partes afetadas pelo projeto;
- O mecanismo também deve permitir que reclamações anônimas ou confidenciais sejam levantadas e tratadas;
- O Mutuário tratará as alegações de retaliação, abuso, ou discriminação e tomará medidas corretivas apropriadas.

A efetividade do funcionamento deste mecanismo dependerá, em boa medida, da articulação interinstitucional, não apenas para possibilitar respostas às questões resultantes diretamente relacionadas com a implementação do PROCASE II, mas também aqueles referentes ao funcionamento dos serviços e equipamentos que, frequentemente, são objetos de dúvidas e queixas por parte da população.

Neste sentido, os objetivos gerais do mecanismo de gestão de queixas e reclamações previstos no âmbito do PROCASE II são:

- subsidiar os processos decisórios referentes à preparação e desenvolvimento do PROCASE II;
- servir como instrumento para a solução tempestiva de questões, evitando a geração de conflitos sociais;
- servir como mecanismo de responsabilização, permitindo que as pessoas possam buscar reparação quando necessário.
- dar resposta às dúvidas/insatisfações, sugestões e reivindicações dos reclamantes;
- monitorar o grau de satisfação com a implantação do PROJETO;
- monitorar o perfil das reclamações, para que sirvam como subsídios a ações estratégicas preventivas para evitar e/ou mitigar os motivos geradores das insatisfações.

Diante desses objetivos, o mecanismo de gestão de queixas e reclamações (MQR) será estruturado através dos **Canais Institucionais**: a partir da apropriação e integração dos canais já existentes no âmbito da PROCASE II.

Esses canais receberão as queixas, dúvidas, preocupações e reclamações das diversas partes interessadas. Preferencialmente as respostas serão enviadas pelos mesmos canais ou canal de preferência que o manifestante indicar. E o tempo de resposta de cada um é detalhado adiante. Tais canais são ferramentas funcionais para o monitoramento dos desdobramentos, impactos e expectativas nas populações sobre o Projeto.

### **9.1. Canais de relacionamento, comunicação e atendimento na fase de Consultas Públicas da etapa de preparação do PROCASE II**

Em termos de mecanismos de queixas e divulgação de informações, a estrutura do PROCASE II já possui canais de relacionamento, canais de comunicação e canais de atendimento que serão incorporados ao Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações do PROJETO.

Os **canais de relacionamento e atendimento** fazem parte do conjunto de instrumentos de comunicação com a população que está disponível tanto na estrutura da PROCASE II quanto pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), ao qual a PROCASE II faz parte, e compreendem:

- 8 Escritórios Regionais e WhatsApp dos mesmos;
- Telefone do PROCASE II: (83) 32149248
- Canal de atendimento da SEAFDS: Telefone: (83) 3214-9247 / E-mail: [agriculturafamiliar@seafds.pb.gov.br](mailto:agriculturafamiliar@seafds.pb.gov.br) ;
- Ouvidoria Geral do Governo do Estado da Paraíba: Telefone: 0800-021-2310 | E-mail: [ouvidoriageral@casacivil.pb.gov.br](mailto:ouvidoriageral@casacivil.pb.gov.br) / Site: <https://ouvidoriapb.pb.gov.br/register>

Os **canais de comunicação** compreendem:

- Internet e mídias sociais, como o *Facebook* – [www.procasse.pb.gov.br](http://www.procasse.pb.gov.br) , e o *Instagram* <https://www.instagram.com/procasepb/>
- Secretaria de Comunicação – SECOM, envolvendo: Mídia de massa e Assessoria de Imprensa (rádio, imprensa); Publicidade; Comunicação Digital e Sistema de Informação ao Cidadão.

Esses canais irão filtrar e canalizar as queixas para a equipe técnica do PROCASE II que estará responsável pela gestão das manifestações.

### Escritórios Regionais

Cada um dos 8 Escritórios Regionais do PROCASE II estão estrategicamente localizados em municípios que apresentam centralidades regionais nos Territórios Rurais, disponibilizando além de atendimento presencial, um número de telefone, um WhatsApp e e-mail. Todos esses canais serão incorporados como parte do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações do PROCASE II.

O quadro a seguir apresenta os endereços e telefones de contato de todas as regionais:

**Tabela 7 – Possíveis localizações dos Escritórios Regionais (URGP) - PROCASE II**

MUNICÍPIO	Endereço
João Pessoa	Avenida Rio Grande do Sul, nº 1.345, Bairro dos Estados, Edifício Evolution Business Center, 16º andar, CEP: 58.030-021
Campina Grande	Av. Jorn. Assis Chateaubriand, 2630, Estacao Velha, Edifício do CDRM, CEP: 58.105-421
Cuité	Av. Petrônio Figueiredo, 811-859, Jardim Planalto, Edifício da Casa da Cidadania, CEP: 58.175-000
Sumé	Rodovia BR-412, 425, Centro, Edifício do NEXT/UFCG, CEP: 58.540-000
Patos	Rua João da Mata, 90, Centro, CEP: 58.700-080
Sousa	Rua Emídio Pires, 84, Centro, CEP: 58.802-270
Catolé do Rocha	Av. Deputado Américo Maia, 37, Centro, CEP: 58.884-000
Itaporanga	Rua Elvidio de Figueiredo, S/N, Margens PB 386, Bairro Loteamento João Silvino, CEP: 58.780-000

Fonte: PROCASE, 2024.

Nos atendimentos presenciais nos Escritórios Regionais, os tempos de respostas são:

- Imediato: no pronto esclarecimento de dúvidas;
- Emergencial: 48 horas, quando há situação exige resposta rápida e que pode causar risco à vida ou à integridade física de pessoas ou da infraestrutura/projeto, ou dano ambiental severo (irreversível);
- De até 10 dias, para os casos que não puderem ser respondidos prontamente. Nestas situações, as questões serão encaminhadas para a UGP que acionará o setor responsável para a resposta e retorno ao reclamante. Se mesmo assim o setor

responsável não tiver respostas, a UGP assumirá a responsabilidade e buscará a resposta ou solução necessária, devendo esclarecer a situação ao reclamante e especificando quanto tempo a mais precisará para retornar com a resposta definitiva.

## Site PROCASE

O site do PROCASE II (<https://www.procasse.pb.gov.br>) contém diversos canais de contato, divulgação de informações, manifestações e denúncias.

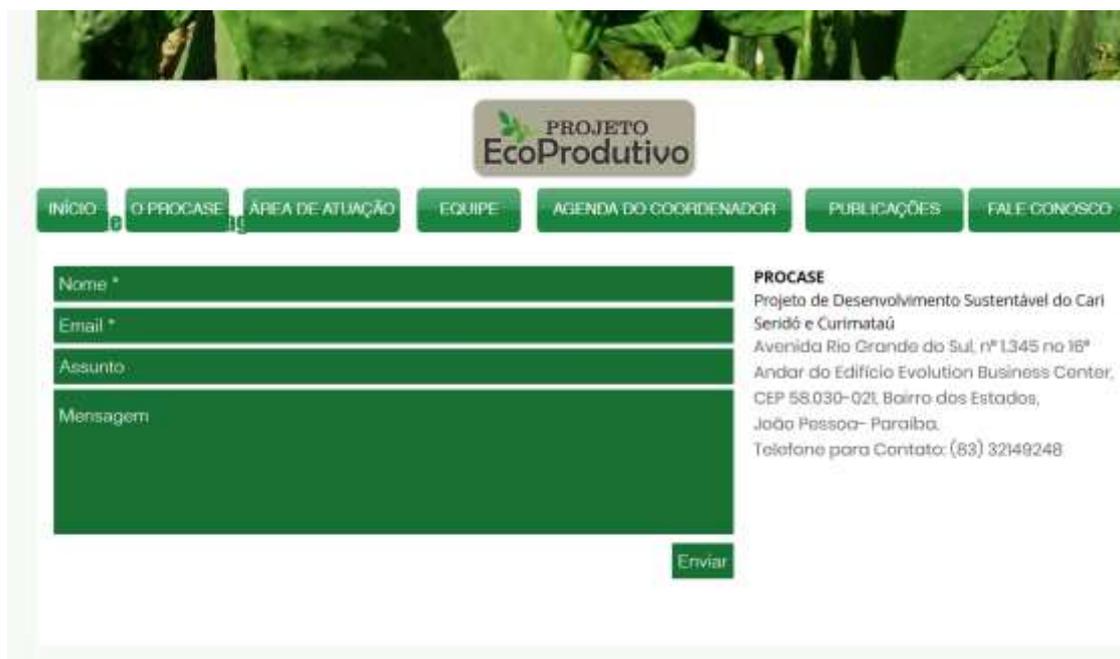
Na seção “Fale Conosco” da SEAFDS são disponibilizados canais específicos para cidadãos em geral, além de link para acesso à Ouvidoria Geral do Estado (OGE).

Figura 38 – Site PROCASE II



Fonte: <https://www.procasse.pb.gov.br/>

Figura 39 – Site PROCASE: Fale Conosco



The image shows a contact form on the PROCASE website. At the top, there is a banner with green leaves and a logo that says 'PROJETO EcoProdutivo'. Below the banner is a navigation menu with buttons for 'INÍCIO', 'O PROCASE', 'ÁREA DE ATUAÇÃO', 'EQUIPE', 'AGENDA DO COORDENADOR', 'PUBLICAÇÕES', and 'FALE CONOSCO'. The 'FALE CONOSCO' button is highlighted. The form itself has a green header with the text 'PROCASE' and contact information: 'Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Carl Seridó e Curimataú', 'Avenida Rio Grande do Sul, nº 1345 no 16º Andar do Edifício Evolution Business Center, CEP 58.030-021, Bairro dos Estados, João Pessoa- Paraíba, Telefone para Contato: (83) 32149248'. The form fields include 'Nome \*', 'Email \*', 'Assunto', and a large 'Mensagem' text area. A green 'Enviar' button is located at the bottom right of the form.

Fonte: <https://www.procasse.pb.gov.br/contato>

Figura 39 – Site SEAFDS: Fale Conosco



The image shows the 'Fale Conosco' page on the SEAFDS website. The browser address bar shows the URL: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiárido>. The page features a 'Serviços' section with four icons: 'Editais', 'Ouvidoria', 'Consultas', and 'Contatos'. Below these icons is a blue button labeled 'MAIS SERVIÇOS'. Further down, there is a section for social media: 'Siga a SEAFDS nas Redes Sociais:' followed by icons for Facebook, Instagram, and Twitter. At the bottom, the contact information for the 'Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido' is provided: 'Evolution Business Center- 16º andar, Av. Rio Grande do Sul,1345 - Bairro dos Estados, João Pessoa-PB'.

Fonte: [http://www.sdr.ba.gov.br/fale\\_conosco](http://www.sdr.ba.gov.br/fale_conosco)

## Mídias Sociais – Facebook e Instagram

As mídias sociais são majoritariamente utilizadas como canais de divulgação de informações sobre os empreendimentos, lançamentos e eventos. Como permite a interação com o público-alvo, também são fornecidas informações sobre acesso a serviços.

No âmbito do PROCASE II, o funcionamento dessas plataformas ou de novos perfis eventualmente criados especificamente para o PROJETO ou a nível local pelos municípios devem seguir a mesma lógica. Quando identificadas queixas ou dúvidas sobre o PROCASE II, os gestores dessas redes devem acionar o fluxo do sistema de queixas através dos canais oficiais. Ou seja, nas mídias sociais não há atendimento ou solução de queixas e reclamações. Esses canais podem recepcionar e orientar aos reclamantes os canais corretos para apresentação de suas queixas.

Figura 40 – Mídias Sociais



Fonte: <https://www.instagram.com/procasepb/>

## Outros canais de comunicação e reclamação:

### **Canais para reclamações – BID**

Também fazem parte do Mecanismo de Queixas e Reclamações os canais do próprio BID, que são:

- Protocolo de Reclamações do BID: [quejas@iadb.org](mailto:quejas@iadb.org)
- Página eletrônica: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/enviar-uma-alegacao/reclamacoes-ambientais-e-sociais>

### **Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI):**

O Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) é uma estrutura do Grupo BID, independente da gerência do Banco e das equipes dos projetos, que atende às reclamações ambientais e sociais das comunidades potencialmente afetadas pelas operações do Grupo. Essa independência permite uma atuação imparcial e objetiva buscar soluções com todas as partes envolvidas (as comunidades que alegam afetações; o Grupo BID, como financiador da operação; e o mutuário (empresa ou governo) encarregados da execução do projeto).

Para maiores detalhes, consultar: <https://www.iadb.org/pt/mici/o-que-e-o-mici>

As solicitações podem ser remetidas ao Escritório do MICI em Washington, D.C. ou a qualquer Escritório de Representação do BID (com a menção “à atenção de: Escritório do MICI”), de onde a solicitação será encaminhada ao Escritório do MICI.

O endereço do MICI é:

- Mecanismo Independente de Consulta e Investigação, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1300 New York Avenue, NW, Washington, D.C. 20577, Estados Unidos.
- E-mail: [mecanismo@iadb.org](mailto:mecanismo@iadb.org)

Telefone: 202-623-3952; Fax: 202-312-4057

## **10. EXPERIÊNCIA EM CONSULTA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO**

A equipe do PROCASE II tem diversas práticas que envolvem a comunidade para apoiar o desenvolvimento do projeto, a aplicação de medidas, as compensações, os benefícios e o planejamento dos processos. Essas práticas envolvem o planejamento participativo realizado através de reuniões conjuntas ou até individualmente com o público.

Dentre essas ações, destaca-se o Diagnóstico Participativo, identificando problemas, causas, ações, com metas e prazos, parceiros de apoio e responsabilidades, visando uma linha de base adequada para a proposição das soluções, cronogramas e ações.

## **11. ANEXOS**



## 11.1. ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas

Tabela 8 – Matriz de Partes Interessadas - Institucional

Id	Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)	Território Rural	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento
1	AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – AGEVISA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
2	AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE PATOS – ASDP / PROPAC	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
3	AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA – AESA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
4	AGÊNCIA REGIONAL DE APOIO E VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TÉCNICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
5	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
6	ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – ASA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
7	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DE ITAPORANGA E REGIÃO – ASPAIR	VALE DO PIANCÓ	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
8	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO– ACACE	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
9	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES E MÃES DE ZABELÊ -AMMZA	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
10	ASSOCIAÇÃO DE AVICULTURA ALTERNATIVA DO MUN. DE S. S. DO UMBUZEIRO	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
11	ASSOCIAÇÃO DE CATARADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA -RECICLA SÃO JOSE	VALE DO PIRANHAS	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
12	ASSOCIAÇÃO ZABELÊ BAMBINO	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
13	ASSOCIAÇÃO GRUPO DE JOVENS RENASCER	CARIRI ORIENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
14	ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA – ASPTA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
15	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA FRANCISCO NOBREGA DA SILVA	ALTO SERTÃO	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
16	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL COMUNIDADE EM ACAO	ALTO SERTÃO	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
17	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ZABELÊ– ASCUZA	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL



<b>Id</b>	<b>Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)</b>	<b>Território Rural</b>	<b>Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)</b>	<b>Forma preferencial de Convite</b>	<b>Mecanismo de Consulta do chamamento</b>
18	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VICENTE PINTO	ALTO SERTÃO	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
19	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS ASSENTAMENTOS E COMUNIDADES AFRODECENDENTES DA PARAIBA(AACADE/PB)	TODOS			
20	ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS DE ARTE DE ZABELÊ- APAZ	CARIRI OCIDENTAL	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
21	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDES, CULTURA E CIDADANIA	BORBOREMA	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
22	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE DE CASINHA DO HOMEM DE DEUS	VALE DO PIRANHAS	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
23	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS CIGANOS DE CONDADO PARAÍBA – ASCOCIC	VALE DO MARINGÁ	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
24	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SENHOR DO BOMFIM	BREJO	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
25	ALDEIA FORTE	MATA NORTE	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
26	ALDEIA ESTIVA VELHA	MATA NORTE	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
27	BANCO DO BRASIL	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
28	BANCO DO NORDESTE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
29	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DA PARAÍBA – CONAB/PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
30	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
31	CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
32	CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA PARAÍBA – CAISAN-PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
33	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
34	CÁRITAS – PARAÍBA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
35	CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL A PARAÍBA – CEDRS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
36	CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE PRINCESA ISABEL E REGIÃO	SERRA DE TEIXEIRA	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
37	CENTRAL DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE CACIMBAS-PB - CAMEC	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
38	CENTRAL DAS ASSOCIACOES RURAIS DO VALE DO SABUGI	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL



<b>Id</b>	<b>Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)</b>	<b>Território Rural</b>	<b>Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)</b>	<b>Forma preferencial de Convite</b>	<b>Mecanismo de Consulta do chamamento</b>
39	CENTRO AGROECOLÓGICO SÃO MIGUEL	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
40	CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR – CEOP (Picuí)	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
41	CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO SOCIAL – CEPFS	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	TELEFONE	VIRTUAL
42	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
43	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
44	CENTRO DE VIVÊNCIAS GEOPARQUE DO CARIRI PARAIBANO – CVGCAP	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
45	CENTRO VIDA NORDESTE	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
46	CLUBE DE MÃES DE MONTEIRO	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
47	CLUBE DE MAES INACIA EMERENTINA DE FARIAS	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
48	CLUBE DE MAES IRACEMA DA SILVA GOMES – SERRA J. VIEIRA	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
49	COOPBORBOREMA / POLO SINDICAL DA BORBOREMA	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
50	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
51	COMITÊ DE BACIAS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
52	COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS – CEGIP	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
53	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL– CONSEA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
54	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
55	CONSELHO INTERGESTORES BIPARTITE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
56	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA – CEDPD	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	E-MAIL
57	CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL-CEPIR	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
58	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDM).	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
59	CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CARIRI OCIDENTAL – CISCO	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
60	COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA - CEQNEC-PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	
61	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E RESÍDUOS SÓLIDOS	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
62	CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – COPAM	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL



Id	Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)	Território Rural	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento
63	SECRETARIAS/E OU DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA MUNICIPAIS	TODOS OS MUNICÍPIOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
64	SECRETARIAS/ E OU DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE MUNICIPAIS	TODOS OS MUNICÍPIOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
65	DIRETORIA DE RECURSOS MINERAIS E HIDROGEOLOGIA – DRMH	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
66	DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	
67	EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – EMPAER	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
68	EMPREENDER PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
69	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE MASSARANDUBA – FACOM	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
70	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA – FAMUP	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	
71	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA PARAÍBA – FAEPA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
72	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRICULTURA – FETAG	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
73	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA – FETRAF	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
74	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
75	FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
76	FÓRUM PARAIBANO LGBTQIAPNB+	TODOS	INSTITUCIONAL		
77	GERENCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E TENOLOGIA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
78	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
79	GRUPO MULHERES EM AÇÃO	VALE DO PIRANHAS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
80	ICMBIO – PARAÍBA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
81	NÚCLE DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO – REBIO GUARIBAS	MATA NORTE	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
82	NÚCLE DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO- RESEX ACAU GOIANA	MATA SUL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
83	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DA SERRA DO TEIXEIRA	SERRA DE TEIXEIRA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
84	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO ALTO SERTÃO	ALTO SERTÃO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
85	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO BREJO	BREJO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL



<b>Id</b>	<b>Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)</b>	<b>Território Rural</b>	<b>Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)</b>	<b>Forma preferencial de Convite</b>	<b>Mecanismo de Consulta do chamamento</b>
86	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO CARIRI ( ANTIGO CARIRI OCIDENTAL)	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
87	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO CARIR ORIENTAL/ESTÁ INSERIDO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA	CARIRI ORIENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
88	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO MÉDIO PIRANHAS	MÉDIO PIRANHAS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
89	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO MÉDIO SERTÃO	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
90	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO PIEMONTE DA BORBOREMA	PIEMONTE BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
91	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DA BORBOREMA	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
92	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO CURIMATAÚ	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
93	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO MARINGÁ	VALE DO MARINGÁ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
94	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO PARAÍBA	VALE DO PARAÍBA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
95	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO PIANCÓ	VALE DO PIANCÓ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
96	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO PIRANHAS	VALE DO PIRANHAS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
97	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DA MATA NORTE	MATA NORTE	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
98	COLEGIADO/ E OU FÓRUM DO TERRITÓRIO RURAL DA MATA SUL	MATA SUL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
99	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – IFPB CAMPUS CUITÉ	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
100	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – IFPB CAMPUS PICUI	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
101	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – IFPB CAMPUS MONTEIRO	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
102	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – IFPB CAMPUS SOUSA	VALE DO PIRANHAS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
103	INSTITUTO AUREA CORREIA DE QUEIROZ	CARIRI ORIENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
104	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
105	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA– PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
106	INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
107	LABORATÓRIO DE ECOLOGIA E BOTÂNICA – LAEB UFCG SUMÉ	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
108	MEMBROS DO GT CÓDIGO FLORESTAL – SEMAS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL



<b>Id</b>	<b>Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)</b>	<b>Território Rural</b>	<b>Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)</b>	<b>Forma preferencial de Convite</b>	<b>Mecanismo de Consulta do chamamento</b>
109	MEMBROS DO GT ECOPRODUTIVO	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
110	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA – MDA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
111	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL – MPE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
112	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
113	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
114	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
115	NUCLEOS DE INTEGRAÇÃO RURAL	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
116	CENTRO POPULAR - ONG – CENEP	CURIMATAÚ	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
117	ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE CAIANA	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
118	PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
119	PASTORAL DO MIGRANTE	TODOS			
120	PREFEITURAS MUNICIPAIS – REPRESENTANTES (*FAMUP)	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
121	PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMIÁRIDO – PEASA– UFCG – CAMPINA GRANDE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
122	PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS – PATAC	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
123	PROJETO COOPERAR PB	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
124	REDE BORBOREMA	BORBOREMA	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
125	REDE DE SEMENTES DA ASA PARAÍBA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
126	REDE ESTADUAL DE COLEGIADOS E FÓRUMS TERRITORIAIS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
127	CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA MATA NORTE E MATA SUL	MATA SUL E MATA NORTE	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
128	RESTAURANTE RURAL VÓ MARIA	TODOS	REPRESENTANTE COMUNITÁRIO	TELEFONE	VIRTUAL
129	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR-SEDUP	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
130	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO– SEAFDS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
131	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR – SECTIES	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL



<b>Id</b>	<b>Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)</b>	<b>Território Rural</b>	<b>Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)</b>	<b>Forma preferencial de Convite</b>	<b>Mecanismo de Consulta do chamamento</b>
132	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEIRH	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
133	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
134	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAG	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
135	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SETDE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
136	SECRETARIA ESTADUAL DA AGROPECUÁRIA E PESCA – SEDAP	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
137	SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
138	SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
139	SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA – SEMDH	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
140	SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	TODOS OS MUNICÍPIOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
141	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
142	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
143	SINDICATOS DOS TRAB APOSENT E PENSIONISTAS RURAIS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
144	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS – STR	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
145	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS – SINTRAF	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
146	SOS SERTÃO	MÉDIO SERTÃO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
147	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SUDEMA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
148	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE – DESERTIFICAÇÃO	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
149	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB CAMPUS LAGOA SECA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
150	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
151	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS CAMPINA GRANDE	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
152	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS PATOS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
153	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS POMBAL	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
154	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS SUMÉ	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
155	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS AREIA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
156	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS JOÃO PESSOA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL



Id	Nome / Instituição (alguns membros das comunidades também fazem parte do quadro de instituições locais)	Território Rural	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento
157	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS RIO TINTO	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
158	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES	ALTO SERTÃO	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
159	USPAR – UNIR, SENTIR, PENSAR E AGIR	CARIRI OCIDENTAL	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
160	COOPERATIVA DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DA REFORMA AGRÁRIA-COOPTEA	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL
161	INSTITUTO DE ACESSORIA A CIDADANIA E AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-IDS	TODOS	INSTITUCIONAL	E-MAIL	VIRTUAL

**Tabela 9 – Matriz de Partes Interessadas – Comunidades e Organizações Rurais Possivelmente Elegíveis para o Projeto**

ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
1	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SOCORRO	BORBOREMA	AREIA	ASSENTAMENTO
2	ASSENTAMENTO ANTONIO EUFRAZINO	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
3	ASSENTAMENTO VENÂNCIO TOMÉ DE ARAÚJO CAMPINA GRANDE - PB.	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
4	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CORAÇÃO DE JESUS	BORBOREMA	ALAGOA GRANDE	ASSENTAMENTO
5	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO FEDERAL DE CAIANA	BORBOREMA	MASSARANDUBA	ASSENTAMENTO
6	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO FEDERAL DE SAPÉ DE ALAGOA GRANDE	BORBOREMA	ALAGOA GRANDE	ASSENTAMENTO
7	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ HORÁCIO	BORBOREMA	ALAGOA GRANDE	ASSENTAMENTO
8	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PENHA I	BORBOREMA	ALAGOA GRANDE	ASSENTAMENTO
9	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO SANTA CRUZ	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
10	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEVERINO CASSEMIRO	BORBOREMA	ALAGOA GRANDE	ASSENTAMENTO
11	ASSOCIACAO DO PRE ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
12	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO	BORBOREMA	POCINHOS	ASSENTAMENTO
13	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CICERO ROMANA - ARACREA	BORBOREMA	AREIAL	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
14	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CICERO ROMANA 1	BORBOREMA	ESPERANÇA	ASSENTAMENTO
15	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO JOSÉ JOVEM	BORBOREMA	BOA VISTA	ASSENTAMENTO
16	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO CAMPO	BORBOREMA	BARRA DE SÃO MIGUEL	ASSENTAMENTO
17	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DA REFORMA AGRARIA DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO	BORBOREMA	AREIA	ASSENTAMENTO
18	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO QUEBRA QUILOS	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
19	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DAS COMUNIDADES CACIMBA DE CAVALO E GIRAL DO CAPIM - AACCGC	BORBOREMA	LIVRAMENTO	ASSENTAMENTO
20	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO ANTONIO PAULO	BORBOREMA	BOA VISTA	ASSENTAMENTO
21	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO QUEIMADAS	BORBOREMA	REMÍGIO	ASSENTAMENTO
22	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO EMANOEL JOAQUIM	BORBOREMA	AREIA	ASSENTAMENTO
23	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA MARGARIDA	BORBOREMA	ALAGOA NOVA	ASSENTAMENTO
24	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIACHO DE FACAS E BARRA DO COATY – ASSENTAMENTO ESPERANÇA	BORBOREMA	AREIA	ASSENTAMENTO
25	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA HELENA E NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - PROJETO DE ASSENTAMENTO UNIÃO	BORBOREMA	AREIA	ASSENTAMENTO
26	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BOM JESUS	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
27	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CARNOIÓ (ATRAC)	BORBOREMA	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	ASSENTAMENTO
28	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO JOSE ANTONIO EUFRASINO IATRAJAE	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
29	COOPERATIVA RURAL DO ASSENTAMENTO VENANCIO TOME DE ARAUJO-CRAVTA	BORBOREMA	CAMPINA GRANDE	ASSENTAMENTO
30	ASS. DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MONTADAS DE BAIXO SITIO MONTADAS DE BAIXO	BORBOREMA	MONTADAS	GRUPO DE MULHERES



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
31	ASSOC.DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SITIO SAO JOSE E ADJACENTES DE ALAGOA NOVA-PB	BORBOREMA	ALAGOA NOVA	GRUPO DE MULHERES
32	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BOA VISTA E ADJACENTE	BORBOREMA	UMBUZEIRO	GRUPO DE MULHERES
33	GRUPO DE MULHERES ASSENTAMENTO. MATA DA CHICA	MATA SUL	CONDE	ASSENTAMENTO
34	ASSOCIACAO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA	MATA SUL	PITIMBU	ASSENTAMENTO
35	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RRAIS DO ASSENTAMENTO MASSANGANA I	MATA SUL	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO
36	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DOM MARCELO	VALE DO PARAÍBA	MOGEIRO	ASSENTAMENTO
37	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DONA ANTONIA	MATA SUL	CONDE	ASSENTAMENTO
38	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO PAU BRASIL	VALE DO PARAÍBA	ITABAIANA	ASSENTAMENTO
39	ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES E APICULTORAS DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II	VALE DO PARAÍBA	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	ASSENTAMENTO
40	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO TIRADENTES - APAAT	MATA SUL	MARI	ASSENTAMENTO
41	ASSOCIAÇÃO DOS TABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DE CAMPOS	VALE DO PARAÍBA	SALGADO DE SÃO FÉLIX	ASSENTAMENTO
42	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO FREI ANASTACIO	MATA SUL	CONDE	ASSENTAMENTO
43	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA I	VALE DO PARAÍBA	PILAR	ASSENTAMENTO
44	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II	VALE DO PARAÍBA	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	ASSENTAMENTO
45	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO PADRE JOAO MARIA CAUCHI	VALE DO PARAÍBA	MOGEIRO	ASSENTAMENTO
46	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ALMIR MUNIZ DA SILVA	VALE DO PARAÍBA	ITABAIANA	ASSENTAMENTO
47	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CAMPOS.	VALE DO PARAÍBA	SALGADO DE SÃO FÉLIX	ASSENTAMENTO
48	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DONA HELENA	MATA SUL	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
49	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO JOAO PEDRO TEIXEIRA	VALE DO PARAÍBA	MOGEIRO	ASSENTAMENTO
50	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA	VALE DO PARAÍBA	ITABAIANA	ASSENTAMENTO
51	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA	MATA SUL	SAPÉ	ASSENTAMENTO
52	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA III	MATA SUL	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO
53	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TAQUARA	MATA SUL	PITIMBU	ASSENTAMENTO
54	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA	MATA SUL	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO
55	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO 21 DE ABRIL	MATA SUL	SAPÉ	ASSENTAMENTO
56	ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE FIGUEIRA E ASSENTAMENTO BOA SORTE II	VALE DO PARAÍBA	PILAR	ASSENTAMENTO
57	COOP DE PROD AGROP DO ASSENT ZUMBI DOS PALMARES-COOPAZ-LTDA	MATA SUL	MARI	ASSENTAMENTO
59	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA	MATA SUL	PITIMBU	ASSENTAMENTO
60	COOPERATIVA AGROPECUARIA DOS PRODUTORES RUAIS DO ASSENTAMENTO CAMUCIM LTDA - CAPRAC	MATA SUL	PITIMBU	ASSENTAMENTO
61	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA	MATA NORTE	JACARAÚ	ASSENTAMENTO
62	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR	MATA NORTE	JACARAÚ	ASSENTAMENTO
63	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CHAVES	MATA NORTE	JACARAÚ	ASSENTAMENTO
64	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO JARDIM	MATA NORTE	CURRAL DE CIMA	ASSENTAMENTO
65	ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DO ASSENTAMENTO MANOEL BENTO	MATA NORTE	CAPIM	ASSENTAMENTO
66	ASSOCIACAO QUILOMBOLA DE MITUASSU	MATA SUL	CONDE	QUILOMBALA
67	GRUPO DE MULHERES MARISQUEIRAS / MATA SUL	MATA SUL	CABEDELO	GRUPOS DE MULHERES
68	GRUPO DE MULHERES DE GURUJI I	MATA SUL	CONDE	GRUPOS DE MULHERES
69	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DO IPIRANGA	MATA SUL	CONDE	GRUPO DE MULHERES



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
70	ASSOCIAÇÃO C.D.S DAS M. SAGADENSE	VALE DO PARAÍBA	SALGADO DE SÃO FÉLIX	GRUPOS DE MULHERES
71	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA AMIGOS DO DISTRITO RENASCENÇA	MATA SUL	SAPÉ	GRUPO DE MULHERES
72	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SÍTIO RENASCENCA NOVA VIDA E ADJACENCIAS	MATA SUL	SAPÉ	GRUPO DE MULHERES
73	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES QUILOMBOLAS DE MITUASSU	MATA SUL	CONDE	QUILOMBOLAS
74	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARIA FERREIRA DE PAIVA	VALE DO PARAÍBA	CALDAS BRANDÃO	GRUPOS DE MULHERES
75	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DO MATÃO	VALE DO PARAÍBA	GURINHÉM	GRUPOS DE MULHERES
76	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DE CAIANA DOS MATIAS	VALE DO PARAÍBA	SERRA REDONDA	GRUPOS DE MULHERES
77	ASSOCIACAO DAS ARTESAES RURAIS DE CHÃ DOS PEREIRAS	VALE DO PARAÍBA	INGÁ	GRUPOS DE MULHERES
78	ASSOCIAÇÃO DAS MARISQUEIRAS POBRES DE AÇAU	MATA SUL	PITIMBU	GRUPOS DE MULHERES
79	ASSOCIACAO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA	MATA SUL	PITIMBU	GRUPO DE MULHERES
80	ASSOCIAÇÃO DE COMUNITÁRIA DOS PARCELEIROS DE GURUGI I	MATA SUL	CONDE	QUILOMBOLAS
81	ASSOCIACAO DE MULHERES ATIVAS DO RIO DO MEIO E DE BAYEUX PARAIBA	MATA SUL	BAYEUX	GRUPO DE MULHERES
82	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CRIATIVAS E ORGANIZADAS - AMCO / SEM CNPJ	MATA SUL	JOÃO PESSOA	GRUPO DE MULHERES
83	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE JUAREZ TAVORA	VALE DO PARAÍBA	JUAREZ TÁVORA	GRUPOS DE MULHERES
84	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E MARISQUEIRAS DO RENAScer III - APMAR III	MATA SUL	CABEDELLO	GRUPOS DE MULHERES
85	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO SÍTIO PEDRA D'AGUA	VALE DO PARAÍBA	INGÁ	GRUPO DE MULHERES
86	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SAPÉ - AAAFMS	MATA SUL	SAPÉ	GRUPOS DE MULHERES
87	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E ARTESÃOS DE LINDA FLOR	VALE DO PARAÍBA	MOGEIRO	GRUPOS DE MULHERES
88	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE SANTA TEREZINHA	VALE DO PARAÍBA	PEDRAS DE FOGO	ASSENTAMENTO
89	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS	MATA SUL	PITIMBU	GRUPO DE MULHERES
90	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TABAJARA TAQUARA	MATA SUL	CONDE	ORIGINÁRIOS
92	ASSOCIACAO TRABALHADORES RURAIS RICK CHARLES	MATA SUL	CONDE	GRUPO DE PESCADORES
93	ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÕES E ARTISTAS	VALE DO PARAÍBA	SALGADO DE SÃO FÉLIX	GRUPOS DE MULHERES

ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
94	COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES JOÃO FELICIANO DA SILVA - Z44	VALE DO PARAÍBA	MOGEIRO	GRUPO DE PESCADORES
95	COLONIA DE PESCADORES Z09 JOAO ALVES DOS SANTOS	MATA SUL	CONDE	GRUPO DE PESCADORES
96	CUMADE NANA - MARIA AMÉLIA DA SILVA MARQUES - GRUPO ORGANIZADO SEM CNPJ	VALE DO PARAÍBA	GURINHÉM	GRUPOS DE MULHERES
97	GRUPO DE ARTESÃOS NOVA VIDA - SEM CNPJ	VALE DO PARAÍBA	INGÁ	GRUPOS DE MULHERES
98	GRUPO DE ARTESÃS DAS ITACOATIARAS - SEM CNPJ	VALE DO PARAÍBA	INGÁ	GRUPOS DE MULHERES
99	SÔNIA RODRIGUES DA SILVA GRUPO ORGANIZADO - SEM CNPJ	MATA SUL	CONDE	GRUPOS DE MULHERES
100	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INTEGRAÇÃO RURAL DE UMARI E ADJACÊNCIA-ADIRUA	MATA NORTE	JACARAÚ	GRUPOS DE MULHERES
101	ASSOCIAÇÃO ARTICULAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA	MATA NORTE	JACARAÚ	GRUPO DE JOVENS
102	ASSOCIAÇÃO MULHERES EM AÇÃO-AMA DE JACARAÚ	MATA NORTE	JACARAÚ	GRUPO DE MULHERES
103	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MATARACA	MATA NORTE	MATARACA	GRUPO INDÍGENAS
104	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE URUBA MATARACA	MATA NORTE	MATARACA	GRUPO INDÍGENAS
105	COLONIA DE PESCADORES Z-17	MATA NORTE	MATARACA	PESCADORES/ORIGINÁRIOS
106	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E AQUICULTORES JOÃO SOARES	MATA NORTE	MATARACA	PESCADORES/ORIGINÁRIOS
107	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LARANJEIRAS	MATA NORTE	CURRAL DE CIMA	GRUPOS DE MULHERES
108	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA COLÔNIA AGRÍCOLA DE CAMARATUBA	MATA NORTE	MAMANGUAPE	GRUPOS DE PESCADORES
109	COLÔNIA DE PESCADORES DE ITAPOROROCA Z 49	MATA NORTE	ITAPOROROCA	GRUPO DE PESCADORES
110	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MULHERES DE LAGOA DE DENTRO	MATA NORTE	LAGOA DE DENTRO	GRUPO DE MULHERES
111	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MEL DE LAGOA DE DENTRO	MATA NORTE	LAGOA DE DENTRO	GRUPO DE MULHERES
112	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DOS APICULTORES DO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO	MATA NORTE	MARCAÇÃO	GRUPO INDÍGENAS
113	ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA DA COMUNIDADE INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO	MATA NORTE	MARCAÇÃO	GRUPO INDÍGENAS
114	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DO INHAUÁ	MATA NORTE	CUITÉ DE MAMANGUAPE	ASSENTAMENTO

ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
115	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDIGENA DA ALDEIA SÃO FRANCISCO	MATA NORTE	BAÍA DA TRAIÇÃO	GRUPO INDÍGENAS
116	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS PRODUTORES DE MEL DA BAÍA DA TRAIÇÃO	MATA NORTE	BAÍA DA TRAIÇÃO	GRUPOS INDÍGENAS
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES RURAIS DE CAJARANA	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
118	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE PAU D'ARCO	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
119	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DE PACARÉ	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
120	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE RUA NOVA PASSAGEM DA COBRA E WI.,	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
121	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS DE CAJARANA	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SILVA DE BELÉM	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
123	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO PAU D'ARCO	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
124	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO SÍTIO MARACUJÁ	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
125	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BOA VISTA I	MATA NORTE	RIO TINTO	GRUPOS INDÍGENAS
126	ASDEZ - ASS. DO ASSENTAMENTO DOS 10	CARIRI	MONTEIRO	ASSENTAMENTO
127	ASS. DAS MULHERES PRODUTORAS DO ASSENTAMENTO DE SANTA CATARINA DE MONTEIRO -PB	CARIRI	MONTEIRO	ASSENTAMENTO
128	ASS. DO ASSENTAMENTO ESTRELA D'ALVA	CARIRI	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	ASSENTAMENTO
129	ASS. DO ASSENTAMENTO MARIA BONITA DA FAZENDA BOA SORTE	CARIRI	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	ASSENTAMENTO
130	ASS. DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENT. BOA SORTE	CARIRI	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	ASSENTAMENTO
131	ASS. DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO XIQUE XIQUE	CARIRI	MONTEIRO	ASSENTAMENTO
132	ASSENTAMENTO SANTA LUZIA	CARIRI	ZABELÊ	ASSENTAMENTO
133	ASSOCIAÇÃO ALVORADA RURAL DO ASSENTAMENTO MANDACARU.	CARIRI	SUMÉ	ASSENTAMENTO
134	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES	CARIRI	COXIXOLA	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
135	RURALS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO			
136	ASA BRANCA			
137	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS ÂNGELO CORRÊA NEVES	CARIRI	CARAÚBAS	ASSENTAMENTO
138	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES	CARIRI	COXIXOLA	ASSENTAMENTO
139	RURALS DO ASSENTAMENTO PINHEIROS			
140	ASSOCIAÇÃO RURAL DOS PRODUTORES E AGRIC. DO ASSENTAMENTO SERROTE AGUDO (ARPA ASA)	CARIRI	AMPARO	ASSENTAMENTO
141	ASSOCIACAO DOS MORADORES DA BACIA DO ACUDE CORDEIROS	CARIRI	CAMALAÚ	PESCADORES ARTESANAL
142	ASS. DOS AQUI. E PRODUT. DE PEIXES DO MUN. DE S. S. DO UMBUZEIRO	CARIRI	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	PESCADORES ARTESANAIS
143	ASS. DOS PESCADORES	CARIRI	CAMALAÚ	PESCADORES ARTESANAIS
144	ASS. DOS PESCADORES DE MONTEIRO	CARIRI	MONTEIRO	PESCADORES ARTESANAIS
145	ASS. DOS PESCADORES DE MONTEIRO	CARIRI	MONTEIRO	PESCADORES ARTESANAIS
146	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO CANTINHO E ADJACÊNCIAS	CARIRI	SERRA BRANCA	QUILOMBOLA
147	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES	CARIRI	CONGO	PESCADORES ARTESANAIS
148	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE AÇUDE DOS POÇOS	CARIRI	CONGO	PESCADORES ARTESANAIS
149	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA AVELINO BEZERRA	CARIRI	CAMALAÚ	QUILOMBOLA
150	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RURAL DE	CARIRI	SÃO JOÃO DO TIGRE	QUILOMBOLA
151	CACIMBA NOVA E ADJACENCIA			
152	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIA JOSÉ DE DEUS BARBOSA DOS PESCADORES E AQUICULTORES	CARIRI	OURO VELHO	PESCADORES ARTESANAIS
153	COLÔNIA DE PESCADORES	CARIRI	SERRA BRANCA	PESCADORES ARTESANAIS
154	COLÔNIA Z 32 FRANCISCO BEZERRA EVANGESLISTA	CARIRI	CONGO	PESCADORES ARTESANAIS
155	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO LIGEIRO DE BAIXO	CARIRI	SERRA BRANCA	QUILOMBOLA
156	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE LAGOINHA	CARIRI	SERRA BRANCA	QUILOMBOLA



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
157	COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z 25 COOPESCA PAULINO PEREIRA DE ARAUJO	CARIRI	CAMALAÚ	PESCADORES ARETSANAIS
158	ASSOCIAÇÃO DOS RURAIS ASSENTADOS DO PROJETO VENEZA	PIEMONT DA BORBOREMA	PILÕES	ASSENTAMENTO
159	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO	PIEMONT DA BORBOREMA	SOLÂNEA	ASSENTAMENTO
160	ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BARBAÇO	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
161	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES ASSENTAMENTO NA FAZENDA SANTA PAULA	PIEMONT DA BORBOREMA	CASSERENGUE	ASSENTAMENTO
162	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES ASSENTADOS DO MUQUEM	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
163	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BAXIO	PIEMONT DA BORBOREMA	BORBOREMA	ASSENTAMENTO
164	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SENHOR DO BOMFIM	BREJO	ALAGOINHA	ASSENTAMENTO
165	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CALABOUÇO	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
166	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE UMBURANA	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
167	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO FREI DAMIÃO	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
168	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOSE	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
169	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO UMBURANAS PE LUIS	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO

ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
170	ASSOCIAÇÃO TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO VARELO	PIEMONT DA BORBOREMA	ARARUNA	ASSENTAMENTO
171	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPÉCUÁRIO DO ASSENTAMENTO CUMATI	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
172	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO - RAPOSA	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
173	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SANTA VITÓRIA	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
174	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - OLHO D'AGUA	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
175	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - CABOCLO	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
176	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO UMBURANA	PIEMONT DA BORBOREMA	BANANEIRAS	ASSENTAMENTO
177	ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVA ESPERANÇA SÃO DOMINGOS I - ACAPRANE	CURIMATAÚ	CUBATI	ASSENTAMENTO
178	ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BELO MONTE - ACAPRABEM	CURIMATAÚ	CUBATI	ASSENTAMENTO
179	ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DOCELINA FOLADOR	CURIMATAÚ	CUBATI	ASSENTAMENTO
180	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO BELO MONTE E DO SÍTIO CAIÇARINHA	CURIMATAÚ	PEDRA LAVRADA	ASSENTAMENTO
181	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO RIACHO DA CRUZ (ADEFAF)	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
182	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO NOVO RIACHO DA CRUZ	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
183	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO RIACHO DA CRUZ	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
184	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO RIACHO DA CRUZ	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
185	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO CUIPIRA	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
186	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENO AGRICULTORES ASSENTADOS NA F L M DE B	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
187	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO SOUTO	CURIMATAÚ	BARRA DE SANTA ROSA	ASSENTAMENTO
188	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES I	CURIMATAÚ	SOSSEGO	ASSENTAMENTO
189	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTO ANTONIO DO ASSENTAMENTO CAMPOS NOVOS DO MUNICIPIO SOSSEGO	CURIMATAÚ	SOSSEGO	ASSENTAMENTO
190	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUM DO ASSENTAMENTO PADRE DE ASSIS	CURIMATAÚ	SOSSEGO	ASSENTAMENTO
191	ASSOCIACAO DOS TRAB RURAIS DO PROJ DE ASSENTAMENTO SANTA VERONICA	CURIMATAÚ	DAMIÃO	ASSENTAMENTO
192	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS DORES SITIO BOI MANSO	CURIMATAÚ	CACIMBA DE DENTRO	ASSENTAMENTO
193	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO RETIRO	CURIMATAÚ	CUITÉ	ASSENTAMENTO
194	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BATENTES 2	CURIMATAÚ	CUITÉ	ASSENTAMENTO
195	ASSOC. DE MULHERES DO ENG. OLHO DÁGUA	PIEMONT DA BORBOREMA	PILÕES	MULHERES
196	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM QUIXABA PICUÍ E REGIÃO	CURIMATAÚ	PICUÍ	MULHERES
197	ASS. DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO 1º DE MAIO	MÉDIO SERTÃO	MATUREIA	ASSENTAMENTO
198	ASSOC. COMUNITÁRIA DE MULHERES DE MATUREIA-PB	MÉDIO SERTÃO	MATUREIA	GRUPO DE MULHERES
199	ASSOCIACAO DAS LOICEIRAS DE MATUREIA	MÉDIO SERTÃO	MATUREIA	GRUPO DE MULHERES
200	ASSOCIAÇÃO COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z - 40	MÉDIO SERTÃO	PATOS	PESCADORES ARTESANAIS



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
201	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REDINHA	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DO SABUGI	GRUPO DE JOVENS
202	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS LOUCEIRAS NEGRAS DA SERRA DO TALHADO	MÉDIO SERTÃO	SANTA LUZIA	QUILOMBOLA
203	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ARACATI E CHA I E II	MÉDIO SERTÃO	CACIMBAS	QUILOMBOLA
204	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PADRE ACACIO CARTAXO ROLIM	MÉDIO SERTÃO	MALTA	ASSENTAMENTO
205	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DE PITOMBEIRA	MÉDIO SERTÃO	VÁRZEA	QUILOMBOLA
206	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL QUILOMBOLA SERRA DO TALHADO	MÉDIO SERTÃO	SANTA LUZIA	QUILOMBOLAS
207	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL QUILOMBOS DE SERRA FEIA	MÉDIO SERTÃO	CACIMBAS	QUILOMBOLA
208	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DOM EXPEDITO EDUARDO DE OLIVEIRA-PA-DOM-EXPEDITO	MÉDIO SERTÃO	SANTA TEREZINHA	ASSENTAMENTO
209	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSE JORDIVAN DA COSTA LUCENA	MÉDIO SERTÃO	SALGADINHO	ASSENTAMENTO
210	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA - AANSA	MÉDIO SERTÃO	CATINGUEIRA	ASSENTAMENTO
211	ASSOCIAÇÃO DOS AGR. DO ASSENT. OZIEL ALVES PEREIRA	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
212	ASSOCIAÇÃO DOS AGRIC. DO ASSENT. CACHOEIRA	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
213	ASSOCIAÇÃO DOS AGRIC. DO ASSENT. MARIA DA PAZ	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
214	ASSOCIAÇÃO DOS AGRIC. DO ASSENT. NOVA SANTANA	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
215	ASSOCIAÇÃO DOS AGRIC. DO ASSENT. TIRADENTES	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
216	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENT. NOVA ESPINHARAS	MÉDIO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	ASSENTAMENTO
217	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO AROEIRA	MÉDIO SERTÃO	SANTA TEREZINHA	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
218	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO MUNDO NOVO	MÉDIO SERTÃO	SÃO MAMEDE	ASSENTAMENTO
219	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO NEGO FUBA	MÉDIO SERTÃO	SANTA TEREZINHA	ASSENTAMENTO
220	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA 2	MÉDIO SERTÃO	SÃO MAMEDE	ASSENTAMENTO
221	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTURAS DO ASSENTAMENTO PATATIVA DO ASSARE	MÉDIO SERTÃO	PATOS	ASSENTAMENTO
222	ASSOCIACAO DOS PEQ PROD RURAIS DE MONTEIRO MUNICIPIO DE CACIMBAS - APPRRMD	MÉDIO SERTÃO	CACIMBAS	JOVENS
223	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO VICENTE	MÉDIO SERTÃO	VÁRZEA	ASSENTAMENTO
224	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO CORONEL	MÉDIO SERTÃO	TEIXEIRA	JOVENS
225	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO POÇOS	MÉDIO SERTÃO	TEIXEIRA	AGRICULTURA FAMILIAR - MAIORIA MULHERES
226	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE SALGADINHO	MÉDIO SERTÃO	SALGADINHO	PESCADORES ARTESANAIS
227	ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E PESCADORES DE MÃE D'ÁGUA ASPPEM	MÉDIO SERTÃO	MÃE D'ÁGUA	PESCADORES ARTESANAIS
228	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BELMONTE	MÉDIO SERTÃO	SÃO MAMEDE	ASSENTAMENTO
229	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE	MÉDIO SERTÃO	VÁRZEA	ASSENTAMENTO
230	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ASSENTAMENTO PATATIVA DO ASSARE	MÉDIO SERTÃO	PATOS	ASSENTAMENTO (MESMA DO PATATIVA DO ASSARÉ)
231	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO CAMPO COMPRIDO	MÉDIO SERTÃO	PATOS	ASSENTAMENTO
232	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAL DO ASSENTAMENTO PADRE LUCIANO II - ATRPL	MÉDIO SERTÃO	CATINGUEIRA	ASSENTAMENTO
233	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA PITOMBEIRA I	MÉDIO SERTÃO	CATINGUEIRA	ASSENTAMENTO
234	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SAO SEBASTIAO I	MÉDIO SERTÃO	CATINGUEIRA	ASSENTAMENTO
235	ASSENTAMENTO DO SÍTIO POÇOS DE BAIXO	MÉDIO SERTÃO	TEIXEIRA	ASSENTAMENTO



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
236	COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-55 GERALDO VALE	MÉDIO SERTÃO	EMAS	PESCADORES ARTESANAIS
237	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESCENDENTES QUILOMBOLAS DE UMBURANINHA	VALE DO MARINGÁ	CAJAZEIRINHAS	QUILOMBOLA
238	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DO SÍTIO VINHA	VALE DO MARINGÁ	CAJAZEIRINHAS	QUILOMBOLA
239	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NEGRA SANTO ANTÔNIO DO SÍTIO SÃO PEDRO DOS MIGUEIS	MÉDIO PIRANHAS	CATOLÉ DO ROCHA	QUILOMBOLA
240	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUILOMBOLA NEGRA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	MÉDIO PIRANHAS	CATOLÉ DO ROCHA	QUILOMBOLA
241	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO FREI DIMAS	MÉDIO PIRANHAS	CATOLÉ DO ROCHA	ASSENTADOS
242	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA LAGOA RASA	MÉDIO PIRANHAS	CATOLÉ DO ROCHA	QUILOMBOLA
243	GRUPO MULHER MAURINA FRANCISCA DE SOUSA - GMMFS	MÉDIO PIRANHAS	CATOLÉ DO ROCHA	GRUPO DE MULHERES
244	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA	VALE DO MARINGÁ	CONDADO	ASSENTADOS
245	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE CONDADO - ASPECON	VALE DO MARINGÁ	CONDADO	PESCADORES ARTESANAIS
246	COLÔNIA DE PESCADORES DE CONDADO Z-51	VALE DO MARINGÁ	CONDADO	PESCADORES ARTESANAIS
247	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS CIGANOS DE CONDADO PARAÍBA – ASCOCIC	VALE DO MARINGÁ	CONDADO	CIGANOS
248	ASSOCIAÇÃO COM AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ALTO ALEGRE - ACAGASALAI	MÉDIO PIRANHAS	JERICÓ	ASSENTADOS
249	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CRUZEIRO SAQUINHO JERICÓ PB	MÉDIO PIRANHAS	JERICÓ	ASSENTADOS
250	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO FORTUNA JERICÓ	MÉDIO PIRANHAS	JERICÓ	ASSENTADOS
251	ASSOCIAÇÃO DOS POSSEIROS E PESCADORES DO AÇUDE CARNEIRO E RECANTO II	MÉDIO PIRANHAS	JERICÓ	PESCADORES ARTESANAIS
252	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CANTINHO	VALE DO MARINGÁ	LAGOA	ASSENTADOS
253	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CURRALINHO	VALE DO MARINGÁ	PAULISTA	ASSENTADOS
254	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES	VALE DO MARINGÁ	POMBAL	ASSENTADOS
255	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO JACU	VALE DO MARINGÁ	POMBAL	ASSENTADOS
256	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO SANTA MÔNICA	VALE DO MARINGÁ	POMBAL	ASSENTADOS
257	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA OS RUFINOS	VALE DO MARINGÁ	POMBAL	QUILOMBOLA
258	COLÔNIA DE PESCADORES Z-53 LUIZ BEZERRA DOS SANTOS	MÉDIO PIRANHAS	RIACHO DOS CAVALOS	PESCADORES ARTESANAIS



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
259	ASSOCIAÇÃO DE QUILOMBOLAS MARIA TEREZA DE JESUS DE CONTENDAS	MÉDIO PIRANHAS	SÃO BENTO	QUILOMBOLA
260	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMNETO BOA FÉ	SERRA DE TEIXEIRA	IMACULADA	ASSENTAMENTO
261	ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO UMBUZEIRO	VALE DO PIANCÓ	CONCEIÇÃO	ASSENTAMENTO
262	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO P,A ANANIAS PEREIRA	VALE DO PIANCÓ	CONCEIÇÃO	ASSENTAMENTO
263	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO LAMPIÃO	VALE DO PIANCÓ	DIAMANTE	ASSENTAMENTO
264	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO CABANO	VALE DO PIANCÓ	DIAMANTE	ASSENTAMENTO
265	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DAS MULHERES URBANAS E RURAIS DE IMACULADA	SERRA DE TEIXEIRA	IMACULADA	GRUPO DE MULHERES
266	ASSOC COM UN DOS TRABALHADORES RURAIS DO SITIO EGIDIO	ALTO SERTÃO	BERNARDINO BATISTA	GRUPO DE MULHERES
267	ASSOCIACAO COM DOS TRAB RURAIS DO SITIO CAPOEIRAS	ALTO SERTÃO	BERNARDINO BATISTA	GRUPO DE MULHERES
268	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL JOAO LUIZ RIBEIRO	ALTO SERTÃO	BERNARDINO BATISTA	GRUPO DE MULHERES
269	NUCLEO DE INTEGRAÇÃO RURAL DO DISTRITO DE VIANA	ALTO SERTÃO	BONITO DE SANTA FÉ-PB	GRUPO DE MULHERES
270	ASSOC COM DOS POSSEIROS DO ACUDE PUBLICO DO BARTOLOMEU	ALTO SERTÃO	BONITO DE SANTA FÉ-PB	GRUPO DE MULHERES
271	ASS.COM. LAGOA MATO	ALTO SERTAO	C DOS INDIOS	GRUPO DE MULHERES
272	ASS. DOS AGRIC. DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO II	ALTO SERTAO	C DOS INDIOS	ASSENTAMENTO
273	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TENENTE JOÃOZINHO	ALTO SERTÃO	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	GRUPO DE MULHERES
274	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DOS IMPOSSÍVEIS DO SITIO CAMBITO	ALTO SERTÃO	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	GRUPO DE MULHERES
275	ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE ABELHA DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA (ACAPOM)	ALTO SERTÃO	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	GRUPO DE MULHERES
276	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL HOSANA FERNANDES DANTAS	ALTO SERTÃO	S. J. R. DO PEIXE	GRUPO DE MULHERES
277	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO SERROTE DAS FLÔRES	TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	2 MULHERES CROCHÊ
278	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ACAUA APARECIDA	VALE DO PIRANHAS	APARECIDA	GRUPO DE MULHERES
279	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DE EXTREMA	VALE DO PIRANHAS	APARECIDA	GRUPO DE MULHERES



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
280	ASSOCIAÇÃO RURAL	VALE DO PIRANHAS	APARECIDA	GRUPO DE MULHERES
281	ASS. DOS AGRICULTORES DO ASENTAEMENTE SARAPO	VALE DO PIRANHAS	APARECIDA	GRUPO DE MULHERES
282	ASS. DOS AGRICULTORES DO ASENTAEMENTE MORADA NOVA	VALE DO RIO PIRANHA	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	GRUPO DE MULHERES
283	ASS. COMUNITARIA RURAL JOSE PEREIRA DA SILVA	VALE DO RIO PIRANHA	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	GRUPO DE MULHERES
284	ASSEN. MÃE RAINHA	ALTO SERTÃO	CAJAZEIRAS	ASSENTAMENTO
285	ASSEN. FREI BEDA	ALTO SERTÃO	CAJAZEIRAS	ASSENTAMENTO
286	ASSEN. VALDECY SANTIAGO	ALTO SERTÃO	CAJAZEIRAS	ASSENTAMENTO
287	ASSEN. FREI DAMIÃO	ALTO SERTÃO	CAJAZEIRAS	ASSENTAMENTO
288	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO JUAZEIRO	VALE DO RIO PIRANHAS	MARIZÓPOLIS	ASSENTAMENTO
289	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO FLORESTA	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
290	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA DO ASSENTAMENTO IMACULADO ( PAU D'ARCO)	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
291	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO JATOBÀ	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
292	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO JURUÁ	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
293	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E CRIADORES RURAIS - DENOMINADO ASSENTAMENTO LAMPIÃO	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
294	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ZEQUINHA	VALE DO PIRANHAS	SOUSA	ASSENTAMENTO
295	ASS. DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO BOM JESSUS	ALTO SERTÃO	POÇO DANTAS	ASSENTAMENTO
296	COMUNIDADE NEGRA CAMARÁ	BORBOREMA	REMÍGIO	
297	COMUNIDADE CHÃ DE JARDIM	BORBOREMA	AREIA	GRUPO DE MULHERES
298	COLÔNIA DE PESCADORES Z-27	BORBOREMA	SOLEDADE	
299	COMUNIDADE SACO DOS GOITIS	MÉDIO SERTÃO	SANTA LUZIA	
300	COMUNIDADE CACIMBA NOVA	VALE DO PIANCÓ	CONCEIÇÃO	



ID	COMUNIDADE	TERRITÓRIO RURAL	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA DA COMUNIDADE (Indígena, Quilombola, Pescadora, Cigana, Assentada)
301	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS APICULTORES PARAIBANOS	VALE DO PIRANHAS	APARECIDA	
302	COMUNIDADE SANTA MARIA	CURIMATAÚ	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	GRUPO DE MULHERES
303	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE PIABUÇU – FRUTIAÇU	MATA NORTE	RIO TINTO	
304	ASSENTAMENTO APASA	MATA SUL	PITIMBU	
305	ASSOCIAÇÃO MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE ACAÚ	MATA SUL	PITIMBU	PESCADORES ARTESANAUS
306	COOPERATIVA DOS CAPRIBOVINOCULTORES DO MUNICIPIO DE CABACEIRAS	BORBOREMA	CABACEIRAS	

